



Anais da Assembleia

Nº 26

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 1980

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 24.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1980

SEGUNDA-FEIRA

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1980

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar aos familiares do Senhor ALBINO FRITZEN, um dos pioneiros do progressista distrito de Pato Branco, Município de Cândido Rondon, falecido no dia 09 último no Hospital Santa Casa, desta Capital.

Outrossim, requer que da decisão do Plenário seja cientificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1980

(a) WERNER WANDERER.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER voto de pesar pela morte em acidente aviatório ocorrido dia 11 de abril de 1980 em Diamantina (Mato Grosso) do Senhor Arthur Oscar Monback, nosso correligionário, Líder político da Sede Alvorada e suplente de Vereador em Cascavel, bem como dos Senhores José Vicari, Agib Vivian, Francisco Arthur Walker e Francis Finkler.

Requer, outrossim, que seja dada ciência desta proposição às famílias enlutadas.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1980

(a) RENATO BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da Casa, de voto de regozijo pela realização da XIX Convenção Distrital L-6 do Lions Internacional, realizada em Santa Felicidade, nesta Capital, durante os dias 11, 12 e 13 do corrente mês e que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Governador eleito SALEM CHAMMA, da Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1980

(a) RENATO BUENO.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito L-6 do Lions Internacional, congrega dezenas de Lions Clubes das cidades das regiões Sul, Litoral, Oeste e Sudoeste do Paraná, que prestam, como clubes de Serviço e de Cívismo, relevantes benefícios às suas comunidades, através das mais variadas e meritórias Campanhas, consubstanciadas em projetos Filantrópicos e Humanitários.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, inserção na ata dos trabalhos da presente sessão e envio de congratulações ao Senhor IGNACIO ALOYSIO DONEL, pela sua eleição para Presidente da COTRIGUAÇU, eleição esta realizada no último dia 31 de março do corrente. A eleição de IGNACIO ALOYSIO DONEL representa muito para o cooperativismo do Oeste do Paraná, pela liderança e experiência que o atual Presidente tem no setor como um dos verdadeiros defensores do cooperativismo.

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Jurandir Messias.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO -- procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO -- procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Do Senhor CÍCERO BLEY JÚNIOR, Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, nos seguintes termos: o Núcleo de Engenheiros Agrônomos de Ponta Grossa, deliberando em reunião de sua Diretoria, dará início ao projeto que denominou "Forum Agropecuário Permanente". Sem cor partidária e sem envolvimento financeiro com nenhum setor, o Núcleo dos Engenheiros Agrônomos, pretende tratar do problema agropecuário sob forma ampla, enfocando o produtor em si, não invalidando qualquer programa associativista existente, que julgam em bom desenvolvimento. -- Ciente.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requeiro à Mesa, na forma regimental, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor João Boldt, ocorrido no dia 10 transado.

O infausto acontecimento veio enlutar a comunidade evangélica na qual o ilustre mestre desempenhava relevantes funções, notadamente no Instituto Bíblico e Seminário Igreja Irmãos Menonitas.

Outrossim, aprovado este requerimento, solicito enviar expediente à família enlutada e à Igreja Irmãos Menonitas.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1980

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignada na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos à Diretoria do Instituto Lins de Vasconcelos pelo incentivo que vem dando aos jovens, em suas formações políticas, através da Cidade Mirim, bem como aos jovens ANA LÚCIA SILVEIRA TOLEDO (eleita Prefeito da Cidade Mirim) e MARCELO MOREIRA CORTES (eleito Presidente da Câmara Municipal da Cidade Mirim).

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1980.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Registrarmos com imenso prazer a atividade do Instituto Lins de Vasconcelos que vem proporcionando aos seus alunos uma formação escolar, moral e política.

Preparando seus alunos para uma independência, o Instituto ensina aos jovens como agir no dia-a-dia de uma cidade. Para isso criou a CIDADE MIRIM, com bancos de verdade, lojas e toda uma infra-estrutura. Para comandar a CIDADE MIRIM são eleitos, democraticamente, através do VOTO DIRETO, Prefeito e Vereadores.

No final da semana próxima passada aconteceu a eleição, concorrendo candidatos de dois partidos: Renovador, com a candidata Ana Lúcia, e Libertador, com o candidato Marcelo Floriano. Venceu o Partido Renovador, com 108 votos, contra 49 do seu opositor.

Ana Lúcia promete cumprir o que prometeu durante a campanha (ampliação da biblioteca, construção da "Casa dos Meninos", etc) a desenvolver um trabalho sério, em prol do bem estar dos alunos que vivem diariamente as atividades da CIDADE MIRIM.

Aí está o grande exemplo de política estudantil, preparando o jovem com seriedade e responsabilidade.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, ofício para que tome providências contra os "gatos" que invadiram a praça de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1980

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Segundo o Presidente do Sindicato dos Ensacadores de Paranaguá, Luiz Braz da Silva, os "gatos" são pessoas que agem na praça de Paranaguá, especialmente nos armazéns de cereal, contratando homens para realizarem serviços de carga e descarga nas portas de armazéns, prejudicando sensivelmente a classe, que além de judiada, esquecida e mal paga, vê ainda por cima, seus direitos cerceados por quem faz atividades clandestinas.

A solução, a seu modo de ver, seria uma fiscalização rigorosa, impedindo efetivamente o trabalho desse pessoal, a fim de oferecer maior mão-de-obra aos ensacadores, uma classe que passa atualmente sérias privações, lembrada apenas em épocas eleitorais.

A suspensão da remessa de café a Paranaguá, veio atingir justamente um sindicato que já vem sofrendo há muitos anos. Mas esse problema, segundo alguns associados, é do governo, que deveria, através de patrulheiros rodoviários, acompanhar os camioneiros e evitar os roubos que só prejudicam a massa trabalhadora.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Senhor Secretário da Pasta da Educação (Paraná), solicitando informações com respeito ao programa MERENDA ESCOLAR.

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

1) Qual o órgão coordenador, distribuidor e fiscalizador do Programa Merenda Escolar?

2) Qual o total da verba aplicada neste plano?

3) Quais os critérios adotados para a distribuição da Merenda Escolar?

4) Quais os municípios beneficiados com o plano?

5) Qual o tipo de alimentação que é distribuído através da Merenda Escolar?

6) Existe distribuição e controle a nível municipal (Escolas dos Municípios), diretamente ou através de convênios, ou o plano atinge somente os estabelecimentos escolares do Governo do Estado?

7) Para qual faixa de idade é distribuída a Merenda Escolar?

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1980.

a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a fome afeta o corpo e a mente, destruindo elementos da personalidade, entendemos que o plano da Merenda Escolar merece o maior carinho e respeito. Sabemos que os neurônios que compõem o cérebro humano, se não receberem um índice desejável de proteínas, em seus primeiros anos de vida, sofrerá lesões irreversíveis para o resto da vida. Uma criança desnutrida fica sem condições de receber e absorver qualquer tipo de ensinamento, perdendo inclusive o estímulo psicológico, ficando sem conseguir desenvolver a sua inteligência.

Preocupados, principalmente com a situação do Menor no Estado do Paraná, é que estamos procurando estabelecer um roteiro de dados e informações que possibilitem novas ações positivas em favor do nosso estudante.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança, solicitando providências no sentido de se processar, com urgência, a designação de Delegado de Carreira, do Quadro da Secretaria de Segurança para a Delegacia de Polícia do município e sede da Comarca de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1980.

a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A medida ora proposta, além de oferecer prosseguimento à política governamental destinada à melhoria do padrão policial com a designação de bacharéis para as chefias das delegacias das sedes de comarca em todo o Estado, se constituiria também em pronta resposta às denúncias que envolvem o atual Delegado de Polícia de Santa Isabel do Ivaí.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente da PARANATUR, solicitando adoção de medidas para implantação de obras de infra-estrutura no recanto denominado ÁGUAS DO VERÊ, no Município de Verê.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1980.

a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Localizado no município que lhe dá o nome, o recanto Águas do Verê oferece sobejas condições naturais para se transformar em importante polo turístico no Sudoeste do Estado, a exemplo de várias estâncias existentes no Paraná, entre as quais a denominada Águas de Santa Clara, em Guarapuava.

No entanto, explorada por particulares, as Águas do Verê não dispõem de meios para proporcionar os requisitos mínimos para utilização de todo o seu potencial.

Dentre outros destaques, são estes os motivos que nos levam a pleitear a participação da PARANATUR objetivando a implantação de obras de infra-estrutura em ÁGUAS DO VERÊ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Superintendente do INAMPS, enfatizando a urgente necessidade de credenciamento dos hospitais em funcionamento no Município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1980.

a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

São as constantes na Moção de número 01/80, de autoria do Vereador Nereu Carlos Massignan, com assento à CÂMARA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS, aprovada por unanimidade por aquela Casa de Leis, cuja cópia anexamos ao presente documento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o encaminhamento de expediente, aos Senhores Ministro João Camilo Pena, da Indústria e Comércio e Otávio Rainho, Presidente do Instituto Brasileiro do Café, sugerindo a indicação do Sr. Jocy Antônio da Silva, para o cargo de Diretor de Comercialização do Instituto Brasileiro do Café, que se encontra vago há algum tempo e vem sendo acumulado por outra pessoa.

Nosso apelo encontra ampla justificativa, considerando que o Sr. Jocy Antônio da Silva é pessoa altamente capacitada, de idoneidade comprovada e ligada ao setor há muitos anos, ocupando atualmente o cargo de Presidente do Centro de Comércio de Café, de Paranaguá, tendo inclusive essa indicação o aval do Governador Ney Braga, que nesse sentido já enviou telex às autoridades acima referidas.

Por se tratar de uma reivindicação das mais justas é que contamos com o apoio total dos nobres Deputados com assento nesta Casa.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1980.

a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, REQUER voto de apoio às reivindicações de diversos sindicatos e algumas cooperativas do Oeste do Paraná, quanto ao problemas agrícolas que a classe trabalhadora rural está enfrentando, bem como posições políticas defendidas, conforme consta da Nota Oficial subscrita pelos participantes da Assembléia, realizada na cidade de Palotina.

Como argumento maior, basta evidenciar que as entidades sindicais e cooperativas, agrupam, entre proprietários rurais e trabalhadores do campo, um total de 102 mil, atestando o valor e expressividade das proposições contidas no documento ora aplaudido.

Requer-se a remessa de cópia dessa manifestação de apoio desta Casa de Leis a todas as entidades subscritoras do documento em referência.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1980.

a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, ouvido o douto Plenário, seja registrada nos Anais da Casa a passagem do Dia da Tomada de Montese (14 de abril), grande feito militar brasileiro, com a participação de pracinhas paranaenses.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1980.

a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Lutando ao lado de forças aliadas, durante a Segunda Guerra Mundial, os integrantes da FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (FEB), conseguiram uma grande vitória, que foi a tomada de Montese, no dia 14 de abril de 1945.

Esta grande conquista custou-nos 426 baixas, das quais, 34 mortes. Perderam a vida nesta batalha os paranaenses Max Wolf Filho e João Protzek, José Lima, Luiz Strobel Filho, Adir Jorge, Bruno Estrifica, João Mário Batista e Simplício Vieira de Lara.

A Tomada de Montese foi uma operação das mais violentas da Itália e contou com a bravura e o heroísmo do soldado brasileiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao ilustríssimo Senhor Doutor DOUGLAS SOUZA LUZ, digníssimo Presidente da COPEL, reivindicando instalação de redes de energia elétrica e iluminação pública nos distritos de Boa Vista da Aparecida, Santa Lúcia e Alto Alegre, pertencentes ao Município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1980.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Capitão Leônidas Marques é um dos maiores produtores de riquezas agrícolas em nosso Estado.

Seus Distritos de Boa Vista da Aparecida, Santa Lúcia e Alto Alegre, pelo desenvolvimento que apresentam, estão na iminência de serem emancipados.

Todavia, até o presente momento, a iluminação pública quase inexistente e a rede de energia elétrica apresenta-se em precário estado naquela próspera região.

Embora já tenhamos endereçado semelhantes pedidos à gestão anterior da COPEL, esperamos que este possa ser atendido dentro da nova orientação que vem sendo dada àquela empresa.

A população dos distritos mais populares de Capitão Leônidas Marques pelo seu trabalho, faz-se merecedora da atenção de nossas autoridades para o atendimento dessa justa reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, digníssimo Governador do Estado e SEGISMUNDO MORGENSTERN, digníssimo Secretário dos Recursos Humanos, solicitando-lhes sejam reajustados os vencimentos dos Servidores Públicos Estaduais a partir de 1.º de maio, num percentual mínimo de 50% (cinquenta

por cento).

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1980.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Todos nós sabemos que no dia 1.º de maio o valor do salário-mínimo deverá sofrer reajuste.

Sabemos igualmente, que o Governo do Estado, num ato de "desprendimento e coragem" instituiu uma Parcela Adicional Social, que proporcionará um reajuste automático, fixo, para todos os Servidores do Estado.

Ocorre, que o valor atual da P.A.S. (é vocábulo feminino e assim deve ser chamado), é de Cr\$ 690,00 (seiscentos e noventa cruzeiros).

Se o Governo Federal for generoso, e acompanhar os índices da inflação, que anda pela casa dos 80% (oitenta por cento), o salário-mínimo poderá ser aumentado até em 40% (quarenta por cento). Aplicando-se esse percentual sobre a P.A.S., teremos a expressiva quantia de Cr\$ 276,00 (duzentos e setenta e seis cruzeiros).

Isso é ridículo!

Todos nós sabemos que o Servidor Público Estadual obteve apenas 42% (quarenta e dois por cento) de aumento desde janeiro de 1979, até esta data, quando a inflação acumulada já atinge mais de 03 (três) vezes o valor daquele percentual e, no mês passado, seu índice de 6,6% (seis vígula seis por cento) foi o maior das últimas décadas!

Subiu e subirá o preço do leite.

Subiu ou subirá o preço do pão.

Subiu o preço da gasolina.

Subiu o preço da energia elétrica.

Subiram as tarifas postais e dos telefones.

Subiram as tarifas de transportes.

Subiram abusivamente os impostos e taxas, principalmente a T.R.U.!

Os serviços públicos sofreram reajustes superiores a 100% (cem por cento) e o dólar fez o cruzeiro alcançar uma depreciação incrível.

Todavia, apesar do preceito constitucional que assegura aos Servidores Públicos do Estado, reajuste de vencimentos, sempre que o poder aquisitivo da moeda sofrer alteração, fato público e notório nos dias atuais, até o presente momento o Governo não tomou nenhuma iniciativa para cumprir tal preceito legal.

Estarão nossos dirigentes acreditando que o reajuste da P.A.S. (cerca de Cr\$ 250,00) será satisfatório?

Esperamos que nos próximos dias venha Mensagem a esta Casa, complementando a diferença existente entre a pequena parcela de 42% (quarenta e dois por cento) concedida no ano anterior e a alta real do custo de vida observada desde janeiro de 1979, cujo índice de compensação já deve superar 50% (cinquenta por cento)!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Existe um grande interesse de todos os estados produtores de café do Brasil, em fazer indicações para a Diretoria da Comercialização do Instituto Brasileiro do Café, cargo esse vago há mais de 90 dias, com a saída do Sr. Shingler que se demitiu há mais de três meses.

Tabalhos estão sendo desenvolvidos no Paraná, no sentido de indicarmos o Senhor Joci Antônio da Silva para aquela diretoria.

Inegavelmente é o Senhor Joci, elemento altamente credenciado para exercer as funções de Diretor da Comercialização

do Instituto Brasileiro do Café.

Atualmente ele é presidente do Centro Comercial de Café do Paraná, cargo esse que vem mantendo há quase 10 anos. Muito conceituado e profundo conhecedor dos problemas da nossa cafeicultura, eis porque a sua indicação para aquela diretoria é das mais justas.

Por parte do Sr. Governador do Estado, já foi feito um trabalho enviando telex ao Instituto Brasileiro do Café, bem como ao Senhor Camilo Pena, Ministro da Indústria e Comércio, com o objetivo de que aquelas autoridades se deixassem sensibilizar com essa indicação.

Hoje chegou a nossa vez. Acho que o fruto está maduro e com mais algumas pancadas conseguiremos derrubá-lo, razão pela qual estou endereçando um requerimento que, se aprovado, por esta Casa, será encaminhado ao Sr. Camilo Pena, Ministro da Indústria e Comércio e ao Senhor Presidente do IBC, robustecendo, insistindo, ratificando aquele trabalho feito pelo Senhor Governador e por órgãos representativos de Paranaguá e de todo o Paraná, na indicação do Sr. Joci Antônio da Silva, para Diretor da Comercialização do IBC. Queremos crer que com a aprovação desse requerimento, e enviado esse expediente àquelas autoridades, conseguiremos chegar onde pretendemos e ficará o Paraná resguardado, já que peliteávamos, na ocasião, a Presidência do IBC e não conseguimos por injunções políticas, acredito, e naquela oportunidade tínhamos alguns candidatos e fomos preteridos na indicação do Senhor Otávio Rainho. Nada mais justo do que dar ao Paraná, o maior produtor de café do Brasil, essa diretoria que, por justiça e direito nos pertence, que é a da comercialização, que deverá ser ocupada pelo Senhor Joci Antônio da Silva.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Presidência solicita dos Senhores Líderes dos blocos parlamentares desta Casa, uma reunião com a Comissão Executiva, logo após o término da presente sessão. Para tanto, faz um apelo aos Senhores Líderes dos blocos parlamentares, para essa reunião, que essa Presidência vê de sumo interesse para esta Casa, e pretence, posteriormente a essa reunião, convocar uma reunião de todos os Senhores Deputados, talvez para a próxima semana.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em contato com alguns proprietários de olarias, esses industriais, esses empresários, estão perplexos com a fiscalização de ICM no Estado. É que o valor básico de negócios realizados por milheiro de tijolos de 4 furos, Sr. Presidente, é em torno de Cr\$ 1.200,00 e o Estado está impondo a cobrança pela pauta de Cr\$ 1.440,00. Não se entende, numa hora em que o Governo fala tanto em abertura, em restrição de gastos, impõe a diminuição do índice inflacionário e busca por uma fórmula artificial, o encarecimento do custo de vida impondo, inclusive, um aumento de encargos aos industriais, que já estão lutando com muita dificuldade e com reflexos permanentes à construção civil à indústria de construção civil.

Não se pode admitir, Senhor Presidente, que problemas dessa natureza criem mais caos na sociedade. E há quem diga, inclusive, que a fiscalização está impondo a extração de notas por este valor, apenas para aumentar a receita do Estado, apenas para aumentar a arrecadação do Estado e com isso criando problemas de natureza social, criando problemas de natureza industrial e com reflexo direto e indireto no mercado de trabalho.

Por esta razão, estamos vindo a esta tribuna para fazer um apelo, ao mesmo tempo um protesto, contra esta impostura do Governo do Estado através da Secretaria de Finanças, pelo Departamento de Rendas Internas. Não é possível, Senhor Presidente, que num estágio de dificuldades em que vive a socieda-

de, suportar mais este programa, esta voragem fiscal buscando única e exclusivamente, o entesouramento de riquezas ou o acúmulo de finanças para o tesouro do Estado. O Estado tem outra finalidade. Não é a finalidade única e exclusiva de arrecadação, o Estado é o agente de todo o desenvolvimento sócio, cultural, político e econômico. E é preciso ter uma visão global de todos esses aspectos.

Não se pode permitir, Sr. Presidente, que nesta dificuldade em que se encontra o industrial brasileiro, as empresas de construção civil, as olarias passando crises e que o Governo distante esta visão realista, faz com que, o seu organismo arrecadador se infiltre e penetre em todas as pequenas indústrias, criando a desestabilização de cada uma delas e isto criará, inevitavelmente, o monopólio das grandes empresas que poderão ser até, multinacionais atuando no setor em breve espaço de tempo.

Por esta razão, fica aqui, não só o nosso protesto, mas também o nosso apelo para que as autoridades fiscais e fazendárias tenham uma visão realista do problema e evite a tributação por um preço superior ao preço de mercado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, encaminho dois requerimentos à mesa, o primeiro no seguinte teor: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a expressa manifestação desta Casa no apoio ao Emenda Constitucional do Deputado Pacheco Chaves, que revoga o dispositivo do “pacote de Abril”, restabelecendo em 4 anos o mandato de prefeitos e vereadores, a serem eleitos a 15 de novembro de 1980, uma vez que, dispositivo na legislação eleitoral, confere poderes às Comissões Provisórias na indicação e registro de candidatos.

Outrossim, requer o envio de expediente ao Deputado autor da Emenda e aos líderes dos partidos políticos do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1980.

a) FIORI LUIZ”

O outro requerimento, assim redigido: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, a formação de uma Comissão de Deputados, representando os quatro partidos constituídos nesta Casa de Leis, para se inteirarem das medidas concretas relacionadas com o cumprimento do calendário eleitoral previsto na Constituição.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1980.

a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

A Constituição determina para o mês de novembro deste ano, a realização de eleições municipais para o preenchimento dos cargos de prefeito e vereador. Apesar do Governo estar manobrando para o adiamento das mesmas, entendemos que os Partidos e este Poder não podem ficar alheios ao problema, quando tudo indica que teremos a Constituição mais uma vez rasgada.

A alegação do Governo de que o adiamento se faz necessário, é mais uma jogada casuística dos laboratórios palacianos.

E, para também não se alegar que as eleições municipais devam ser adiadas por problemas administrativos de falta de pessoal nos Tribunais Regionais Eleitorais, é que solicitamos por parte deste Poder a formação da referida Comissão para se reunir com o Presidente do TRE/PR com o objetivo de se inteirar dos seus problemas e intercedermos junto ao Governo Estadual, já que o Sr. Luiz Carlos Costa da Silva, da Assembléia Jurídica do Tribunal Regional Eleitoral, em entrevista à imprensa,

sa, alegou certas dificuldades relativas ao trabalho que o Tribunal deve desenvolver com vistas às eleições de novembro.

Segundo apuramos, apenas seis Tribunais Regionais (incluindo o Paraná) alegam dificuldades. Os demais acham que o pleito é viável, do ponto de vista da Justiça Eleitoral.”

Nesse sentido, solicitamos o apoio para a constituição desta comissão de quatro Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao nobre Deputado Nelson Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nosso objetivo é trazer aos Anais da Casa uma nota oficial emitida por 17 Sindicatos Rurais do Oeste do Paraná e quatro cooperativas, na qual constam uma série de reivindicações junto às autoridades do setor agrícola do País. (Lê):

“Representando 102 mil produtores e trabalhadores rurais da região oeste, os Sindicatos patronais de Guaraniaçu, Guaíra, Medianeira, Umuarama, Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Toledo, Cascavel. Sindicatos de Trabalhadores Rurais de: Corbélia, Nova Santa Rosa, Medianeira, Altônia, Santa Helena, Toledo, Formosa do Oeste, Assis Chateaubriand, Ubiratã, Iporã, Francisco Alves, Terra Roxa do Oeste, Palotina. Estiveram também presentes à reunião, representantes da Coopavel, Coopagro, Coopervale e Cop. Leite.

Após prolongados debates e votação da matéria, chegou a assembléia à conclusão de reivindicar o que segue:

1 — Exigir do Governo um plano amplo e definido para a política agrícola, a curto, médio e longo prazo.

2 — Financiamento de 100% dos valores básicos de custeio, indiscriminadamente para mini, pequenos, médios e grandes produtores.

3 — Aplicação integral da Resolução n.º 572, de 29.10.79 para a cultura do trigo. (Cobertura do Proagro de 100%, abrangendo inclusive recursos próprios).

4 — Adicional de Proagro de 1% indistintamente para todos os agricultores.

5 — Revogação das medidas que obrigam à medição de áreas de plantio acima de 200 hectares.

6 — Ajustamento do preço básico do trigo para Cr\$ 894,00 (oitocentos e noventa e quatro cruzeiros) por saca de 60 kg.

7 — Redução das taxas de juros para custeios e investimentos agropecuários aos moldes anteriores.

8 — Mesmo parecendo não ser do interesse do Governo, o plantio do trigo, face às recentes medidas de desestímulo, grande parte dos agricultores irão plantar, pois a situação é irreversível haja vista que esses agricultores já possuem em suas propriedades, insumos básicos bem como financiamentos aprovados. Entretanto se o Governo não adotar uma política agrícola definida, a médio e longo prazo a fim de que os agricultores possam adotar medidas de precaução ou substituição da cultura, o agricultor se vê na contingência de não mais colaborar com o governo e adotar medidas de boicote ao plantio do trigo e mesmo de outros cereais, que tenham caído no desestímulo da atual política governamental.

9 — A classe agrícola espera do governo uma atuação mais condigna para que sejam evitadas situações semelhantes às que vem ocorrendo atualmente, e para tanto, sugerimos ao governo, entregar o lugar certo aos homens certos e dar maior representatividade e participação da classe nas decisões, ouvindo as bases.

10 — A Assembléia decidiu externar ao governo um voto de louvor, e agradecimento pela extinção do confisco sobre a soja e seus derivados.

11 — A Assembléia decidiu ainda, constituir uma comissão permanente, encarregada de levar estas reivindicações aos órgãos competentes, ficando a mesma revestida de plenos po-

deres para tomada de posições em defesa da agropecuária das regiões aqui representadas, ficando ela assim constituída:

Representando os Sindicatos Rurais Patronais:

Helmuth Priesnitz

Antônio Dionísio Bosquirolli

Oscar Luiz Frozza

Representando os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais:

Otávio Martins Ferreira

Valdir Miguel Lemes

Lourenço David Rubin

Subscvem a presente nota oficial, os representantes das entidades no preâmbulo mencionadas, constantes de lista anexa."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O objetivo, exatamente de nós trazermos ao conhecimento da Casa e levar aos Anais da mesma esta nota oficial, porque ela está possuída de um poder e uma convicção que significam a independência do homem do campo.

Se hoje os movimentos reivindicatórios ao nível do ABC, no setor operário, fabril, tomam posições efetivamente importantes e decisivas para o futuro do trabalhador brasileiro, também no campo se aglutinam as forças e começam a perder o conservadorismo, e o grito de independência, de libertação está se fazendo ouvir.

Vale aqui repetir, Sr. Presidente, um item da nota oficial quando dizem: a classe agrícola espera do Governo uma atuação mais condigna para que sejam evitadas situações semelhantes às que vem ocorrendo atualmente. Para tanto, são os agricultores que reivindicam, representando 102 mil propriedades rurais e pequenos proprietários rurais que dizem: para tanto, sugerimos ao Governo entregar o lugar certo aos homens certos e dar maior representatividade e participação da classe nas decisões, ouvindo as bases.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: quando será que os Governos do Estado e Federal, os Secretários de Agricultura, o Ministério da Agricultura, do Planejamento e do Conselho Monetário Nacional, ouvirão estes reclamos em tempo? Quantos são agora os agricultores que exigem que sejam ouvidas as bases da agricultura, para que os homens certos sejam colocados nos lugares certos. Por isto que já se grita e já se ouve a reivindicação para que, neste País, algumas autoridades superiores sejam retiradas de seus cargos para que tenhamos, finalmente, um encontro dos interesses dos produtores com os interesses maiores de nosso País. Isto só será possível com sindicatos autênticos, com cooperativas profundamente comprometidas com os cooperados e com os interesses dos cooperados e, acima de tudo, de um Governo que olhe para o interior, o homem do campo, nosso produtor, para que possa melhor beneficiar todos os consumidores brasileiros.

Esta a grande nota oficial, o primeiro grande grito de todo o Oeste do Paraná. Oportunamente, voltaremos ao assunto para analisar a grande investida do produtor rural, em todos os setores da economia nacional, principalmente na sua atividade agropecuária.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes mesmo que os agricultores do Sul do País se rebelassem contra o confisco da soja, já setores do Sindicalismo Rural Brasileiro começaram movimento no Norte do Paraná, reclamando contra a difícil situação em que está e se encontra o cafeicultor. E há pouco ouvíamos, desta tribuna, o nobre Deputado Nelson Friedrich, a reclamar por sindicatos autênticos, por cooperativas autênticas e acredito que o agricultor brasileiro, o trabalhador rural, principalmente, já está despertando para construir esses seus sindicatos autênticos. Não sob a

orientação desse Governo, mas sob a pressão econômica que está sofrendo. E foi assim que os trabalhadores do Sindicato de Altônia realizaram já, em 17 de fevereiro, uma concentração, manifestação e elaboraram documento e abaixo-assinado, reclamando contra a difícil situação em que se encontram na qualidade e na condição de cafeicultores. (Lê): "Parece-nos realmente, ao dar força a esses reclamos, que o Governo tem nos cafeicultores um inimigo e no produto um objetivo a vir a alcançar, como por exemplo o seu extermínio, com a aplicação de uma política altamente prejudicial.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais e os cafeicultores do Município de Altônia, após reunião realizada no mês de fevereiro, enviou documento ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura do Estado e às demais autoridades, solicitando a tomada de posicionamento em defesa dos interesses maiores da cafeicultura paranaense.

Segundo consta em relatório, a situação desta cultura é precária devido as dificuldades que os cafeicultores têm em enfrentar, tais como os de ordem climática, com chuvas em épocas impróprias, secas prolongadas, geadas frequentes e também a problemas de ordem econômica, representadas na adoção de uma política de desestímulo à produção e ainda, diante de uma série de divergências de ordem social.

Mas as dificuldades impostas aos cafeicultores não terminam aí: o Governo Central não está adotando em relação ao café, uma política de estímulo à sua produção.

E o que não quer o STR e os cafeicultores é que isto ocorra, que Altônia não se torne um município à beira da falência cafeeira, como ocorreu com uma série de outros municípios paranaenses.

A solução a nosso ver e de acordo com o posicionamento dos que se sentem prejudicados por esta situação, na qual o governo tem co-responsabilidade, é a adoção de uma política de preço mínimo de garantia, com piso fixado em dólares, corrigido ou ajustado sistematicamente e equivalente a seis mil cruzeiros a saca.

Outra medida solicitada é a realização de estudo sobre laudos exigidos pelo IBC e Banco do Brasil, no tocante a concessão de financiamento e custeio para o plantio de café.

Altônia é o município paranaense que detém a maior produção em área no Estado, com uma plantação de 40 milhões de cafeeiros, mas que diante de tantas dificuldades está à beira do caos.

Esperam porém, os cafeicultores, que as suas reivindicações, desta vez não mereçam comentários técnico-burocráticos desairosos, pois não serão condizentes com a realidade, pois o momento exige, em regime de urgência, uma solução por parte do Governo, já que este se diz voltado aos interesses do homem, principalmente do homem do campo, do agricultor, esteio para o sustento de nossa sociedade. Seria isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que trago ao conhecimento da Casa e dando força às reivindicações justas desses agricultores."

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com alegria que a gente tem oportunidade, principalmente para mim que ocupo a Presidência da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, no Paraná; é com alegria que a gente tem oportunidade de ouvir nesta Casa exaltação à atuação de alguns setores do nosso Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, no nosso Estado. E que nesse momento que nós estamos atravessando, o movimento sindical realmente tem atravessado, melhor dizendo, tem se mostrado vigilante com a atual situação brasileira.

Mas, o movimento sindical, apesar da discordância de alguns, ele, de uma forma ou de outra, sempre esteve presente

nos momentos em que se fazia necessário.

É muito comum ouvir-se que o movimento sindical se transformou mais num veículo de distribuição de assistência médica e odontológica do que propriamente dito numa função sindical.

Acontece que se analisarmos a história do movimento sindical brasileiro, vamos verificar que ele, na realidade, começou a surgir em 1960 e mesmo assim, numa situação bastante tumultuada, numa briga ideológica de determinadas correntes do que numa função de organizar o trabalhador rural, em que camada ele estiver situado, para, realmente, pleitear e reivindicar os seus direitos.

O movimento sindical iniciou em 1960. E de 60/64, tivemos oportunidade de participar na formação e organização desse movimento. Chegamos, ao início de 1965, com pouco mais de 200 sindicatos de trabalhadores rurais organizados, no País.

O que se exigia do dirigente sindical, para levar a entidade sindical ao interior, era um trabalho muito grande e difícil, principalmente naquela época. Mas, mesmo assim, apesar das dificuldades, o movimento sindical cresceu. Basta dizer que, no início de 65 havia pouco mais de 200 sindicatos e, agora, existem mais de 3 mil sindicatos. Saiu, por exemplo, de cem mil associados para, aproximadamente, 6 milhões de trabalhadores sindicalizados.

E não foi fácil, realmente, levar a mensagem da necessidade de sindicalização do trabalhador rural.

E um dos motivos que nos fez exigir um gabinete dentário, um ambulatório médico, dentro dos sindicatos, foi a ausência total de todo tipo de assistência. E, com isso, pretendíamos ter um atrativo, dentro do sindicato, para que o trabalhador viesse em busca desses benefícios que ele não tinha e, com isso, tentarmos conscientizá-lo da necessidade da entidade sindical.

E, hoje, neste Brasil todo, lamentavelmente, a maioria dos nossos sindicatos cuidou muito mais da parte assistencial e de ser uma extensão do FUNRURAL e usar esses benefícios como meio. Mas, infelizmente, a maioria usou-os como fim.

Mas, o movimento sindical sempre esteve presente. E na própria instituição do Estatuto da Terra, na criação do Decreto 276/67, dando os primeiros benefícios à esposa do trabalhador rural, na própria Previdência Social Rural que exigiu do movimento sindical uma luta muito grande, mesmo para se ter cinquenta por cento de uma aposentadoria, essa luta continua até hoje. Hoje, por um motivo, não sei se podemos atribuir à chamada abertura democrática que está se tentando impor neste País, o movimento sindical tem aparecido mais, inclusive também com muitas outras pessoas, o que nos honra muito, de outros setores a unir as suas vozes a do movimento sindical.

Por exemplo, o problema da reforma agrária, que o movimento sindical, mesmo com todo aquele período que nós atravessamos de dificuldades para se expor o próprio pensamento, o movimento sindical foi a única entidade neste País que, durante todos esses anos, nunca se calou da necessidade da reforma agrária, nunca; basta que para isso o próprio movimento sindical organizou sob o auspício inclusive custeado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, a Associação Brasileira de Reforma Agrária, cujo Conselho, são praticamente os principais dirigentes sindicais rurais deste País, sempre falando da necessidade, argumentando com o Governo, discutindo muitas vezes, sendo mal entendido pela classe política, pela classe empresarial, mas o movimento sindical sempre dizendo da necessidade da implantação da reforma agrária.

Hoje vários problemas podemos afirmar, da presença do próprio movimento sindical. Quem é que não se lembra, por exemplo, da luta que se travou para o aumento das quotas de trigo que vieram contribuir para expansão do plantio do trigo, principalmente no Estado do Paraná, e foi exata-

mente na sede da nossa Federação, proposto inclusive, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Toledo, é que se iniciou uma luta para o aumento das quotas de trigo, e que de onde surgiu uma frase que hoje todo o mundo usa, que é o "passeio do trigo", ou o próprio "trigo turista".

Quando daqueles problemas das notas promissórias, o movimento sindical de trabalhadores rurais esteve presente e faz questão aqui de fazer justiça inclusive, exatamente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marechal Cândido Rondon, foi que trouxe o problema, e se os Deputados estão lembrados, nós tivemos oportunidade, se não de ser o primeiro, ser um dos primeiros a trazer o problema, inclusive aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná também.

E hoje, a gente vê, mais do que nunca, o movimento sindical atuando. Na região, por exemplo, do Sudoeste do Paraná, na região Oeste, promovendo reuniões sobre o problema da legalização de terras, problema dos posseiros, recentemente como bem citou o Deputado Gernote Kirinus, no dia 17 de fevereiro, quando na cidade de Altônia se reuniram os sindicatos daquela região para debater o problema da cafeicultura; numa reunião anterior a essa de Altônia, os sindicatos estiveram reunidos na cidade de Jacarezinho, onde juntamente com os próprios sindicatos de empregadores, também se movimentaram para debater o problema do confisco do café e melhor estímulo e preço para o café. Recentemente na cidade de Pérola, aqui perto de Umuarama, onde também o próprio movimento sindical se reuniu e debateu os problemas sobre a necessidade de melhor orientação do café.

Quantas reuniões, por exemplo, no próprio Oeste, na própria cidade de Toledo, de Cascavel e outras ali na região, sobre os problemas da suinocultura, problema dos preços mínimos. Enfim, o problema sindical, apesar da precariedade, porque hoje a gente ouve falar sobre abertura de quase todos os setores da vida desse País.

O único setor ainda que não se cogita dar nenhuma abertura, é exatamente para o movimento sindical, movimento sindical que não está calcado numa legislação super ultrapassada de 1943.

Portanto, há quase 40 anos que a legislação que dirige o movimento sindical é a mesma, mas sempre para fechar mais, para dizer que nesses 37 anos não se teve uma aberturazinha no movimento sindical, ainda no Governo Geisel, as contabilidades sindicais que eram submetidas ao Ministério do Trabalho para serem aprovadas do Governo Geisel para cá, então, com um decreto, essas contas passaram a ser de exclusividade da própria Assembléia, do próprio Conselho do sindicato.

Então, praticamente, nós não temos nenhuma liberdade sindical. A própria Convenção Internacional do Trabalho, a OIT aprovou o convênio 87 que o Brasil votou, aprovou, mas que, até hoje, o Governo brasileiro ainda não ratificou esse convênio aqui para o nosso País. Onde o nosso movimento sindical, na realidade, com leis esdrúxulas, como é o caso da própria lei que orienta e determina a greve hoje, é a principal fomentadora de todo o sistema grevista, porque a própria lei impede a própria liberdade do sindicato de negociar mais facilmente com a classe empresarial. O que leva, muitas vezes, a greves ilegais, pela lei, não moralmente, mas, pela lei ilegal a movimentos que realmente no fim até prejudica o próprio movimento sindical, quando da necessidade seria de se modificar a própria lei.

Mas o movimento sindical, de uma forma ou de outra, tem gritado e tem mostrado.

Agora, recentemente, nós pudemos observar o movimento sindical de trabalhadores rurais, que foi, exatamente, o movimento sindical que iniciou isto lá no Rio Grande do Sul, quando culminou com a substituição do confisco da soja. Hoje, de uma forma ou de outra, estamos presenciando o movimento sindical.

Mas, Sr. Presidente, o assunto que me traz hoje, que eu gostaria antes de expor aqui, é o de que, hoje, nós estamos vendo, com destaque na imprensa e a própria imprensa nacional, procurando líderes da cafeicultura ou de vários setores da agricultura brasileira e paranaense, principalmente do Paraná, para saber de uma notícia realmente preocupante. A escassez de mão-de-obra, no Estado do Paraná. Escassez que nós temos aqui no nosso Estado, 800 mil trabalhadores "bóias-frias", que nós consideramos sem emprego.

Porque o trabalhador empregado, é aquele que tem todo o direito da legislação a lhe proteger, e um emprego permanente que lhe dá condições, inclusive, de poder traçar plano para a sua própria família.

Paralelamente, nós ainda temos mais 400 mil trabalhadores permanentes, um milhão e duzentos mil trabalhadores. Se levarmos todo, num relatório que a própria Secretaria de Indústria e Comércio distribuiu recentemente, onde eleva a mão-de-obra rural para dois milhões e duzentos mil pessoas no Estado do Paraná.

E nós, estamos falando em escassez de mão-de-obra. Acontece, Sr. Presidente e Srs. Deputados que, desde 1975 que a gente vem alertando sobre exatamente este momento que nós estamos atravessando no aproveitamento de mão-de-obra no meio rural, e que no ano que vem será pior do que esse ano e 82 será pior ainda que 81, se não se tomar realmente uma medida definitiva porque, hoje, os nossos empregadores rurais, não todos evidentemente, mas a maioria deles, querem, só se lembram do trabalhador rural no momento do serviço.

Há necessidade de se colocar essa mão-de-obra permanente lá na lavoura, lá na roça, lá na fazenda, na propriedade, fazer com que eles morem lá. Com melhor salário, com melhor moradia, com condições de vida mínima necessária para que ele realmente tenha estímulo de ir para a agricultura, onde tenha facilidade de mandar seus filhos para a escola, onde tenha luz elétrica, onde tenha uma casa mais ou menos digna para que ele more. Então o que acontece, como aconteceu agora recentemente na colheita do algodão, onde os nossos produtores de algodão, visando maior lucro e inclusive...

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LÁZARO DUMONT — Nobre Deputado, pediria permissão a Vossa Excelência e dentro de pouco tempo permito o aparte a Vossa Excelência. Está anotado aqui. Só para concluir meu raciocínio, nobre Deputado. Nunca neguei apartes à bancada de Vossa Excelência.

Nessas condições, o trabalhador vai para a propriedade só na época da colheita. Então se pretende numa colheita de algodão se colher tudo de uma vez, quando a colheita demoraria, por exemplo, numa propriedade de 10, 15 ou 20 dias, se deseja arregimentar 80, 100 trabalhadores levados à propriedade e em dois ou três dias colher e depois esquecer totalmente esse trabalhador, como aconteceu com o algodão e como poderá acontecer com o café agora, na próxima colheita do café.

Então fica o alerta aqui, o alerta que já vem de 75 com a geadas, em 77 com a seca, da necessidade que se tem da fixação do trabalhador rural na propriedade, como garantia, inclusive de maior produtividade. Eu concedo o aparte ao nobre Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares — Agradeço a gentileza de Vossa Excelência em me conceder esse aparte, nobre Deputado, e quero cumprimentá-lo pelo assunto que Vossa Excelência aborda, nesta tarde, e que por mera coincidência, neste fim de semana participando de reuniões no interior do Estado do Paraná, pudemos sentir a preocupação dos agricultores da região Norte, no sentido de fixação do homem à terra. É por esta razão que eu cumprimento Vossa Excelência, e confesso que eu não entendo como que os homens responsáveis pela política agrícola neste País, não tenham enxergado, nobre Deputado, que

o Brasil nesses últimos 15 anos teve alterado, em muito, a sua característica no que diz respeito a política agrícola nesse País.

O Norte do Paraná, uma região como Vossa Excelência muito bem sabe, é uma região que cresceu muito em decorrência do café. E Vossa Excelência também sabe que quando o café predominou no Norte do Paraná, havia realmente uma riqueza muito grande. A fama de Londrina como sendo uma cidade muito rica, é em decorrência da política cafeeira existente até então. E um dado, nobre Deputado: conversando com um grande agricultor do Norte do Paraná, ele me dizia entristecido, porque ele tem cultura de café, e tem cultura de soja, e também explora a pecuária, ele fazia uma comparação dessas três explorações, com a sua propriedade de café, com a sua propriedade de soja e com a sua propriedade de exploração da pecuária. E ele dizia que excluindo a de café, as demais além de lhe dar muito trabalho, ele se sentia entristecido em ver, que de vez em quando ele necessitava de mão-de-obra e a mão-de-obra era difícil porque as pessoas tinham que sair da cidade para ir trabalhar na zona rural.

E é o contrário em sua propriedade de café, em que ele lá mantém um meeiro e este meeiro, nobre Deputado, é até hoje um fato mais ou menos inédito hoje, nesta época em que vivemos. O meeiro hoje, tocando 160 mil pés de café nesta propriedade, o meeiro hoje é um homem muito bem de vida, em condições inclusive de adquirir até uma propriedade para tocar por conta própria, fruto decorrente da sua fixação à terra. E o que é importante: são quatro enxadas — o casal e mais dois filhos que têm tocado esta propriedade. E ganharam, segundo me relatou este agricultor, só da sua participação na colheita de café, eles haverão de colher 2.500 sacas de café.

Veja Vossa Excelência que este homem, porque fixou-se à terra e acreditou ainda no café, ele está tendo sorte. Agora, os demais que não acreditaram, e inclusive em decorrência da mecanização, da erradicação do café, em decorrência desta política que no nosso entendimento é contrária aos interesses da agricultura, os demais não tiveram a mesma felicidade.

Tivemos isto no Norte do Paraná a cada dia que passa. Portanto, eu cumprimento Vossa Excelência e peço desculpas pelo alongamento de meu aparte, mas não poderia, de forma alguma, deixar de cumprimentá-lo por abordar assunto tão sério como este e gostaríamos de ver, novamente, o Governo preocupado com uma política agrícola que viesse incentivar os "bóias-frias" e viesse incentivar mais aqueles que vivem da exploração da terra, a sua fixação na própria propriedade; porque isto traria grandes benefícios ao Paraná e ao País.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Agradeço ao nobre Deputado José Tavares.

Registro aqui, mais uma vez, sempre temos dito nesta Casa e toda a vez que temos oportunidade de tratar sobre o assunto, sobre o problema do café. Este, ainda é o maior padrão para o trabalhador empregado sem terra, não existe outro. É a única cultura que temos que fixe o homem à terra. É uma cultura que no ano todo, com suas diversas fases, de carpa, de arrumação, de coroação, de desbrota, de colheita, de tudo enfim, o café realmente exige a presença permanente do trabalhador rural lá na sua propriedade.

Agora o que se tem que fazer é fixar este homem na lavoura. Viajei agora para a região de Colorado, onde antigamente se tinham colônias de café, ainda estão lá as casas fechadas, o café que implantou tantas cidades neste interior. Cito uma outra cidade aqui que passei, ainda ontem, representada pelo Deputado Gilberto Carvalho, que é a cidade de Bonsucesso, como em várias outras cidades, onde várias casas são de tábuas, ainda daquela época do café, de 3, 4, 5, 6 portas fechadas há vários anos e que antigamente foi o símbolo de um comércio próspero no nosso Estado e que hoje está praticamente

falido. Falido exatamente por uma política que, na época, chegou a pagar para se terminar com os cafezais de nosso Estado.

O movimento sindical dos trabalhadores, recentemente no dia primeiro de fevereiro para cá, assinou uma convenção com a classe empresarial, principalmente, nos cuidados e no transporte dos trabalhadores volantes.

Ainda sexta-feira agora, há três dias atrás, às 06:30 da noite, passei por uma camionete Chevrolet com 26 trabalhadores atrás, sem nenhuma segurança. Passei esta camioneta a uns 200 metros do posto de Polícia Rodoviária entre Santa Cecília do Pavão e São Jerônimo da Serra. Passei, parei no Posto, no Guarda e fiquei observando se o mesmo parava aquela camioneta com aquelas trinta pessoas, porque o motorista não podia nem dirigir o carro. O guarda não parou, mas parou um caminhão que estava só o motorista dirigindo, vazio, que ia exatamente no sentido de Santa Cecília do Pavão para São Jerônimo da Serra.

Este foi um carro, porque de São Jerônimo da Serra até Londrina, das 06:00 até mais ou menos 07:30 da noite, contamos nada mais, nada menos, do que 23 veículos entre camionetes, tratores e caminhões, transportando os trabalhadores, menores, crianças, mulheres grávidas, enfim, como se fosse qualquer animal por aquelas estradas.

Como aconteceu recentemente, agora na semana passada, ainda, na região de Londrina, onde um caminhão, com 80 pessoas, de "bóias-frias" tambou e, felizmente, somente duas pessoas saíram feridas mas não houve morte a lamentar.

O Sr. Nilton Friedrich — Permite-me um aparte?

O SR. LÁZARO DUMONT — Nobre Deputado Nilton, apesar de que ele não usou da voz, mas o Deputado Fiori Luiz estava ali acenando com a mão, dou o aparte ao Deputado Fiori Luiz e depois, com muito prazer, ao Deputado Nilton.

O Sr. Fiori Luiz — Rapidinho. Obrigado, nobre Deputado.

É um assunto realmente importante, o problema da fixação do homem na terra, o problema da reforma agrária.

O seu pronunciamento engloba realmente todos esses aspectos. Porque os economistas poderosos do regime imperialista, nos chamam de subdesenvolvidos. E discriminam, instrumentalizam, dividem as classes trabalhadoras, na sua luta por melhores destinos econômicos de colocação, de emprego. O Brasil é um País de economia distorcida pela ação imperialista, nobre Deputado. Somos produtos de um mercado único que impõe e determina, fixa condições dentro daquela velha fórmula de dominação econômica capitalista. O latifúndio, associado ao imperialismo cria o modelo do subdesenvolvimento, que por sua vez gera o círculo vicioso, responsável pelos baixos salários, desemprego em massa, que ocorre. No caso da cafeicultura, fenômenos sociais, paulatinamente, acredito, vão sacudindo o povo, tirando do estado letárgico inerte, indolente, acordando este povo, para uma realidade brutal. O cansaço de estar oprimido, vexado, explorado ao máximo. Cansaço de vender dia-a-dia, miseravelmente a sua força de trabalho, com medo de engrossar a enorme fila dos desempregados. Para que se esprema, de cada filho desta terra, o máximo de lucro para saciar os detentores do capital. É preciso uma justa distribuição de terras neste País, porque o Brasil sofre hoje o processo de concentração, das grandes massas, nos grandes centros, justamente em função deste êxodo rural, da saída do homem do terra, para engrossar os cinturões da fome nos grandes centros urbanos brasileiros.

Muito obrigado e parabéns, nobre Deputado. Cada vez que Vossa Excelência sobe à tribuna, realmente nós sabemos que o assunto é profundo e é de vital importância para os destinos da economia do nosso País.

O SR. LÁZARO DUMONT — Eu é que agradeço, nobre Deputado e com prazer concedo o aparte ao nobre Deputado Nilton Friedrich.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Serei breve. Somente para colocar uma opinião, de que na verdade o País fez uma opção e está pagando por isto. Talvez não o País, mas os tecnoburocratas que comandam a política econômico-financeira em nossa terra.

Essa opção diz respeito à escolha do caminho da política agrícola de culturas, de exportação, e através da política extensiva, nada mais significa, do que a capitalização no meio do campo. O Governo obviamente pretende que no campo também se instale o mesmo capitalismo selvagem, voraz, com todas as suas deficiências e conseqüências que hoje existem no meio.

É claro, ilustre Deputado, que as conseqüências estão aí. O Paraná talvez seja o Estado modelar, hoje, para exprimir as resultantes da opção da política agrícola brasileira. Porque nós estamos sentindo o esvaziamento do campo, a descapitalização cada dia mais aguda, dos pequenos e médios proprietários, o endividamento terrível. E com isso, o Paraná hoje passou a ser o segundo centro fornecedor de emigrantes para São Paulo: em primeiro, vem a região do nordeste, em segundo vem o Estado do Paraná. E obviamente, Deputado, é talvez este o alvo que nós deveremos doravante colocar as nossas baterias em ação, acionar todos os mecanismos de pressão para que haja uma reação, vinda do campo, inclusive, através de Federações, como a que Vossa Excelência dirige e todo elenco de sindicatos a ela vinculados.

Portando, este alvo do capitalismo selvagem, também no campo, numa política agrícola extensiva e de exportação, portando monopolista, que significa nada mais, nada menos, do que plantar para exportar, custe o que custar. E as conseqüências são terríveis. E ninguém até hoje conseguiu avaliar adequadamente o custo social desta política que foi imposta às cooperativas, ao produtor rural e a todo mecanismo agrícola deste País, através de todas as funções que foram desenvolvidas, pelos meios de custeio, pelos meios de crédito e até pelos incentivos e prioridades dadas. Logicamente, Deputado, quando nós analisamos este quadro agora, que Vossa Excelência bem colocou no início, da ausência de mão-de-obra, essa mão-de-obra esta perambulando por aí, está nos grandes centros, nas diversas cidades de expressão do Estado e, principalmente, em São Paulo. Como também, estamos sentindo que esse problema continua. Continua e não temos nenhuma medida palpável, visível, convincente, para melhorar a problemática.

Qualquer Deputado poderia desafiar aqui e agora, os Ministros da Agricultura, do Planejamento, Secretário de Estado ou Governador, para que coloquem em números claros, em decisões definitivas, quais as medidas que estão sendo tomadas a curtíssimo prazo para acabar com essa problemática.

Portanto, ou o campo se organiza, ou o campo será, efetivamente, num tempo não muito longo, a sede de grupos pecuários ligados a interesses monopolistas exportadores. E nós continuaremos sendo os mendigos de produtos agrícolas para a mesa do brasileiro. Porque, é inconcebível que tenhamos que importar alimentos, como todo o mundo conhece, sabe da problemática e reclama.

Mas, e as medidas?

Reclama-se, grita-se, reivindica-se, mas onde estão as idéias, as soluções, as alternativas? Apresentam-se propostas.

Vossa Excelência tem apresentado através de sua Federação; esta Assembléia fez proposta de reforma agrária. Enquanto isso, o Ministro da Agricultura e o do Planejamento, ousam dizer que isso não é do interesse do atual Governo!

Mas, o pior de tudo, ilustre Deputado, é que isso também reflete uma política econômica maior. Porque, mesmo que, hoje, pudéssemos produzir produtos alimentares em abundância no País, grande parte dos brasileiros não teriam poder aquisitivo, devido a má distribuição de renda e concentração

da mesma, para adquirir; mesmo que tivéssemos abundância de alimentos.

Tal a situação de desigualdade, de injustiça!

E talvez tenhamos que nos aliar à igreja e aos sindicatos autênticos para organizar o povo na base e fazer pressão como fizeram os agricultores com a soja, para, então, criarmos o grande "ABC", não dos operários, mas o "ABC" do campo, para reivindicar, gritar e ir à rua reclamar até que ou caíam os governantes que colocam o caos, neste País, ou muda-se a política econômico-financeira, agrícola e social desta terra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lembra ao nobre Deputado que seu tempo está esgotado.

Concede-lhe, no entanto, mais um minuto, para concluir.

Q SR. LÁZARO DUMONT — Obrigado, Sr. Presidente.

Para concluir, é com tristeza que registro aqui: sexta-feira isso está na imprensa — quando o Ministro da Agricultura esteve em Londrina, disse o seguinte, justificando as medidas em cima do agricultor e da agricultura brasileira: "A agricultura é o único setor tranqüilo da economia brasileira. Por isso, justificam-se todas essas medidas em cima da agricultura".

Sr. Presidente, vou ler umas linhas do memorial feito na cidade de Pérola, sobre o movimento do café: "Por último, recomendamos a todas as autoridades governamentais não permitir que Pérola seja uma nova Paranavai, uma nova Umuarama, um novo Norte Novo, uma nova região de Loanda, que perderam quase totalmente o seu café, dando lugar ao boi, para o pé do boi, saindo o homem."

E registro, Sr. Presidente, que no Estado do Paraná, apesar de termos uma pecuária desenvolvida, mas temos menos de um boi por hectare.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 01/80 — Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 161/79, de autoria do Deputado PALÁCIOS, que prorroga por trinta dias contados da data da publicação desta, o prazo estabelecido no artigo 7.º da Lei n.º 7.122, de 26/04/79. (Que adota nova estrutura às carreiras do Grupo Ocupacional Engenharia e Arquitetura). Com parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Requeiro verificação de votação. — (Assentimento).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Antes de Vossa Excelência fazer a verificação de votação, requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e procederá a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal).

Responderam à chamada nominal 34 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Há "quorum" para prosseguimento da sessão. Faremos a verificação de votação solicitada pelo Sr. Deputado Augusto Carneiro, à Proposição n.º 1/80. — Projeto de Lei n.º 161/79.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem). — Vossa Excelência está colocando em votação o projeto ou o veto?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — O projeto.

(É procedida a verificação de votação).

9 Srs. Deputados aprovam; 25 Srs. Deputados rejeitam.

— Rejeitado o projeto, mantido o veto.

EM VOTAÇÃO — DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 2/80 — Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 199/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 170/79), que encaminha projeto de lei alterando a organização e divisão judiciárias do Estado, com a finalidade de adaptá-las às disposições da Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Com parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. LINEU TURRA — (Pea ordem). — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

8 Srs. Deputados aprovam; 29 Srs. Deputados rejeitam. —

Rejeitado o projeto, mantido o veto.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 151/79, que declara de utilidade pública, a "APMI — Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", com sede no Distrito de Cafelândia do Oeste, Município de Cascavel - PR. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 156/79, que declara de utilidade pública a "Associação de Viajantes do Oeste do Paraná - AVOPAR", com sede e foro no Município de Cascavel. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 184/79, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Corbélia - APMI", com sede e foro no Município de Corbélia. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 171/78, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública o "Previ Clube — Clube Beneficente de Previdência", com sede nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 17/79, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de utilidade pública a "Associação Luterana de Guarapuava — Ação Social, Cultural e Recreativa", com sede na Cidade de Guarapuava. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 193/79, de autoria do Deputado PALÁCIOS, que declara de utilidade pública a "Associação Filantrópica das Damas Rotárias de Andirá", com sede no Município de Andirá, Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 1/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ E OUTROS, que dá nova redação ao Art. 73 do Regimento Interno, mantido o Parágrafo Único que lhe foi acrescido pela Resolução n.º 21/68, de 30/09/68, passando a vigorar como específica. (Disciplina as Sessões Ordinárias de Plenário). Parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO EXECUTIVA. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 01/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — O Art. 73 do Regimento Interno, mantido o Parágrafo Único que lhe foi acrescido pela Resolução n.º 21/68,

de 30/09/68, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 73 — As sessões ordinárias terão início às 14,30 horas e durarão, no máximo, 4,30 horas".

Art. 2º — A duração do expediente das sessões ordinárias será de 2,30 horas, assim distribuídas:

a) trinta (30) minutos para discussão e votação da

Ata da sessão anterior, leitura do Expediente, dos Pareceres das Comissões, dos Projetos, Indicações e Requerimentos que se acharem sobre a Mesa, os quais serão mandados publicar. Esgotado este prazo, a matéria não lida será despachada pelo 1.º Secretário e mandada publicar;

b) trinta (30) minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder o prazo improrrogável de cinco (50) minutos, proibidos apartes;

c) noventa (90) minutos, improrrogáveis, destinados às lideranças de bancadas partidárias e oradores inscritos ou, na falta destes, a Deputados que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

I — os trinta (30) minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra;

II — a hora final, dividida equitativamente, será atribuída aos Líderes, cabendo uso inicial da palavra àquele que pertencer à mesma bancada do orador antecedente;

III — aos Líderes de bancada é facultado delegar a liderados seus o uso da palavra;

IV — ausentes o Líder, competirá ao mais idoso dos vice-Líderes presentes o uso da palavra ou a indicação de membro da bancada para fazê-lo;

V — à falta dos Líderes e vice-Líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os incisos anteriores.

Art. 3.º — Ficam revogadas a Resolução n.º 9/67, de 07/06/67, e a Resolução n.º 45/76, de 11/06/76.

Art. 4.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

aa) Fabiano Braga Côrtes, Domício Scaramella, Renato Bernard, Erondy Silvério, Adalberto Daros, Antônio Facci, Ezequias Losso, Tadeu Lúcio Machado, João Mansur, Jurandir Messias, Dácio Leonel, Ailton Cordeiro, Gabriel Manoel, Edilson Alencar, Pinto Dias, Luiz Alberto Oliveira.

COMISSÃO EXECUTIVA

Parecer ao Projeto de Resolução n.º 01/80

Pretendem os autores do presente projeto de resolução disciplinar as Sessões Plenárias Ordinárias da Assembleia Legislativa, adequando-as às disposições da Lei Federal n.º 6.767, de 20 de dezembro de 1979 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos) e em consonância com as instruções contidas na Resolução n.º 10785, do Tribunal Superior Eleitoral.

A Comissão Executiva, em procedimentos desta natureza, por determinação regimental, interpõe, obrigatoriamente, parecer examinando o mérito.

Há que ser ressaltada a posição de análise de mérito e não a jurídica, legal ou constitucional, competência expressa da Comissão de Constituição e Justiça.

Entretanto, a regra do artigo 48, do Regimento Interno, embora abrangente, não desnatura o disposto no Capítulo IX do mesmo diploma legal, não sendo defeso regimental-

mente manifestar-se a Comissão Executiva, precedendo a deliberação da C.C.J.

Ademais, por tratar-se de matéria disciplinadora de trabalhos de Plenário, embasada em disposições já vigentes e de interesse de todos os parlamentares, quaisquer discussões de ordem legal poderão ser dirimidas, notadamente fazendo-se uso do disposto no § 2.º do artigo 196, do Regimento Interno.

De outra parte, a normatização sugerida, não necessita obedecer a tramitação processual própria para atingir a meta do seu conteúdo vital.

Isto posto, somos certos em afirmar que todo o conteúdo do Projeto de Resolução em epígrafe, busca manter a regularidade de funcionamento das Sessões Plenárias, disposta a permitir oportunidades compatíveis à nova realidade, emergida com fulcro na legislação anteriormente citada.

Assim sendo, temos a medida pretendida neste exercício legislativo interno como valiosa, não merecendo, quanto ao seu mérito, qualquer reparo, manifestando-nos desta arte, favoráveis à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Reuniões, em

aa) Fabiano Braga Côrtes - Presidente

Basílio Zanusso - 1.º Secretário

Domício Scaramella - 2.º Secretário

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Albino Fritzen. - **Aprovado** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Arthur Oscar Mombach, José Vikori, Agib Vivian, Francisco Arthur e Francis Finkler, em acidente aviatório em Diamantina - Mato Grosso. - **Aprovado** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela XIX Convenção do Distrital L-6 do Lions Internacional, realizada em Santa Felicidade. - **Aprovado**, Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor João Boldt, ocorrido nesta Capital. - **Aprovado** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Governador do Estado, no sentido de esclarecimento sobre as razões que motivaram a não entrega do imóvel onde está localizada a Companhia Estearina Paranaense, no Centro Cívico, em agosto de 1979, conforme estipulado em contrato. - **Aprovado** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação, encarecendo a criação de colégios estaduais nos Distritos de Marechal Cândido Rondon. - **Aprovado** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo informações quanto ao Posto de Saúde da localidade de Luz Marina, Município de Toledo. - **Aprovado** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados ofícios aos Srs. Secretário de Estado do Interior, Presidente da COPEL e Presidente da SANEPAR, so-

licitando dessas autoridades providências imediatas, através dos órgãos e departamentos competentes, da instalação de rede de distribuição de água, energia elétrica e iluminação pública na localidade de Rincão São Francisco, no Município de Foz do Iguaçu. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Saúde e do Bem Estar Social, apelando no sentido de que as várias marcas do leite consumido pela população paranaense seja submetida a exames de laboratório com vistas a identificar qual a qualidade do produto e se o mesmo apresenta condições de consumo. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Ministro do Planejamento e ao Sr. Secretário Especial de Abastecimento e Preços, apelando no sentido de que todos os derivados do leite, sejam incluídos na relação dos produtos cujos preços são controlados pelo Governo, mediante tabelamento. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do DER, encarecendo a conclusão da retificação de traçado entre a sede do Município de Capitão Leônidas Marques ao Distrito de Boa Vista da Aparecida. - Em votação. O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Para encaminhar a votação. O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Sr. Presidente, para encaminhar a votação, eu só quero aduzir que estando favorável a este requerimento, nós já reiteramos no curso de seis anos que temos estado aqui nesta Casa, e que até agora o Governo do Estado nenhuma atenção deu a esta estrada. A dificuldade de acesso que existe entre estas duas comunidades, impõe hoje uma situação de fato inconciliável entre a sede do Município e o Distrito de Boa Vista da Aparecida.

Por esta razão vai ocorrer, inclusive, um pedido de emancipação política-administrativa que, amanhã, daremos entrada nesta Casa, por força da reivindicação do povo de Boa Vista da Aparecida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)

Em votação o requerimento. **APROVADO.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à COPEL, visando providências no sentido de que a rede de energia elétrica do Município de Formosa D'Oeste alcance a Vila São Paulo. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos às Associações Nacional e Paranaense do Ministério Público, pela realização do Simpósio sobre Violência e Criminalidade. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da TELEPAR, em forma de apelo no sentido de ser instalado um Posto Telefônico em Porto Garbi, bem como, um monocal em Virmond, ambas em Laranjeiras do Sul. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente Regional do INAMPS, encarecendo a devida autorização aos demais hospi-

tais para dar atendimento de apoio aos beneficiários do FUNRURAL. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à COPEL, visando a urgente implantação da rede de energia elétrica no Parque Residencial Morumbi II, em Foz do Iguaçu. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja autorizado os reparos na estrada de demanda à sede do Município de Porto Vitória à sede do Município de Bituruna. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Renato Bernardi e Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, encarecendo o arquivamento e fim dos procedimentos jurídicos que culminaram no enquadramento de sete estudantes do Estado de Santa Catarina, na Lei de Segurança Nacional. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Prefeitura de Paranaguá e demais comissões organizadoras, pela participação honrosa levada a efeito no Programa Sívio Santos. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo, visando melhorias na estrada recém construída, que liga União da Vitória a Cruz Machado até o Município de Pinhão. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Ministério da Agricultura, à Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados e, à Secretaria da Agricultura, no sentido de que estes órgãos atuem visando o reconhecimento oficial da Federação das Associações Estaduais de Suinocultores do Brasil. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de que medidas sejam tomadas através da 47.^a Inspeção Regional de Ensino, que visem corrigir irregularidades que estariam ocorrendo na Escola Pe. Anchieta, Linha São José, Município de Barracão. - Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Para encaminhar) Sr.

Presidente, Srs. Deputados. Quero declarar à Casa e à bancada o meu voto favorável nos termos em que o requerimento está posto. É um requerimento elegante que solicita do Sr. Secretário da Educação providências com relação ao problema de um professor que especifica e que nomina no requerimento.

Portanto, tenho para mim e faço um apelo aos companheiros de bancada, que aprovem o requerimento do eminente Deputado Deni Schwartz, meu adversário político da Região Sudoeste.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Delegado Regional da SUNAB, apelando no sentido de que sejam fiscalizados os preços das mercadorias vendidas nas feiras livres de Curitiba. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser autorizada a ampliação de cursos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam encaminhados ofícios aos Srs. Presidente do Tribunal de Justiça e Corregedor Geral, sugerindo-lhes a elevação de Céu Azul, Nova Aurora, Capitão Leônidas Marques e Catanduvas à condição de Comarcas. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Município de União da Vitória, pela passagem, no próximo dia 27 dos seus 90 anos de emancipação política. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de que seja instalado o ensino de 2.^o grau nos Distritos de Farol e Piquirivai, Município de Campo Mourão. Em votação. O SR. AUGUSTO CARNEIRO (Para encaminhar a votação). -

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Solicitei a palavra para encaminhar a votação e dizer que voto favoravelmente ao requerimento, pois tem ele uma intenção que deve ser aprovada por todos os membros daquela região.

Mas, ao mesmo tempo, lamento que um requerimento dessa ordem não vá encontrar o êxito requerido, face ter acontecido que nos Distritos de Piquiri, Ivaí e Farol, segundo uma comissão técnica que levantou dados para ver da viabilidade da instalação de curso de 2.^o grau constatou que não existe número de alunos necessários. Inclusive, gostaria de registrar, aqui, no Distrito de Farol chegou a funcionar um curso de 2.^o grau e foi cancelado por falta de alunos, alunos suficientes para manutenção daquele curso.

No entanto, o estudo da viabilidade para que se implante curso de 2.^o grau naqueles distritos é uma reivindicação, uma aspiração de todo povo. E nós só poderemos votar favoravelmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) Em votação. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o encaminhamento de ofício ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, no sentido da criação do Distrito Judiciário de São Jorge, no Município de Altônia. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade ao jornal "Correio de Notícias", pela coragem e pela independência com que vem conduzindo o trabalho jornalístico. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Ministros da Fazenda e Planejamento, Presidente do Banco do Brasil S/A, e Diretor da CACEX, formulando-lhes apelo no sentido de atender às reivindicações do setor madeireiro e sanados vários problemas surgidos com a política de embarço nas importações de matérias primas. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

transcrição nos Anais da Casa, do artigo denominado "Cartas", publicado no jornal "Folha de Londrina", em 25/3/80. - **Aprovado.** - (o artigo a ser transcrito, acha-se publicado no final desta ata). - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fomes com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao Doutor Cleverson Marinho Teixeira, Superintendente do I.N.P.N. no Paraná, pelos relevantes serviços prestados ao Estado. - **Aprovado.**

O SR. JOSÉ TAVARES - (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere. (É procedida a verificação de votação)

20 Srs. Deputados aprovam, 9 Srs. Deputados rejeitam. **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, encarecendo providências a respeito da denúncia sobre as condições de trabalho e remuneração dos mineiros que trabalham na mina de carvão da Companhia Carbonífera do Cambu. Município de Figueira. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pelo transcurso dos 125 anos de existência do Arquivo Público. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Banco Nacional de Habitação, em forma de apelo no sentido de absorver parcela da correção a ser aplicada às prestações a serem pagas pelos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente do IPE, visando a instalação de uma agência do referido órgão, no Município de Araucária. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica no Distrito de Santa Terezinha, Município de Foz do Iguaçu. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente às Diretorias do IAPAS e INPS, no sentido de melhor atender o Hospital de Quitandinha. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inserção de um registro especial pela presença no Paraná, do Sr. Embaixador da República Árabe-Síria, bem como a transcrição nos Anais da Casa, do discurso proferido pelo Consul Nassib Abdo Abage, por ocasião da instalação do consulado da República Árabe-Síria, nesta Capital. - **Aprovado.** (o discurso será transcrito no final desta ata). - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo providências no sentido de que sejam sanadas as omissões verificadas em Dois Vizinhos, com relação ao Ginásio e Código, especificamente a extensão de Boa Esperança do Iguaçu. - Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Para encaminhar a votação. (Assementimento).

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O nobre Deputado Nilso Sguarezi apresenta a esta Casa um requerimento onde afirma em primeiro lugar que a extensão do Ginásio de um Distrito de Dois Vizinhos, estava sem aula. Não tenho o comando político de Dois Vizinhos e nem creio que aquele problema que no início do ano letivo ocorreu naquele Ginásio, daquele distrito, que tive eu mesmo, quando funcionário da Secretaria da Educação e Cultura, a possibilidade de ajudar a sua criação, não creio que tenha sido nenhuma razão de comando político.

Pelo contrário, foi uma razão legal. Nós todos sabemos que o Estado do Paraná enviou a esta Casa, a Lei da Estabilidade, dos professores; fez um concurso que era velha, antiga e justa reivindicação do professorado, até conciliar, acertar os interesses da máquina administrativa com os interesses do professorado paranaense, realmente em alguns casos houve problema, como houve no ginásio do Distrito de Chopinzinho e não ocorreu só neste ginásio, mas também no ginásio que também é do Distrito de Dois Vizinhos, de Canoas, do Cruzeiro do Iguaçu, também alguns fatos tiveram que ser conciliados para que as aulas este ano, entrassem no seu ritmo normal. Isto ocorreu não só na Região Sudoeste, mas também nos grandes centros, e nós precisamos ter a consciência de que este fato se deu em função de um aprimoramento da máquina administrativa e dos recursos humanos da Secretaria de Educação.

Se, por um lado, o Deputado Nilso Sguarezi estava atrasado nas informações que prestou nesta Casa, por um outro lado estava muito adiantado. Porque na justificativa do seu requerimento diz que naquele distrito há um colégio de 2.º grau. Na verdade, não existe colégio, existe apenas ensino de 1.º grau, de acordo com a Lei Federal 5692, que todos os parlamentares têm obrigação de conhecer.

Por isto, voto contrariamente a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) - Em votação o requerimento.

O SR. NILSO SGUAREZZI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

Admiro-me Sr. Presidente, que o Deputado Luiz Alberto vote contra o requerimento quando ele confessa à Casa que efetivamente não está havendo aula no distrito ainda.

O objetivo do requerimento, é pedir ao Sr. Secretário que tome imediatas providências para que sejam sanadas as irregularidades de até agora não haver aula. Esse é o objetivo do requerimento. A justificativa do requerimento Sr. Presidente, é que eu atribuo a razões políticas. Porque no distrito, Sr. Presidente, e agora e sei de informações, será regularizado nomeando-se ou contratando-se professores que residem no distrito, em razões de ordem política foi que anteriormente esses professores não foram contratados, porque se sabia que a solução era essa. Os professores da sede do município não têm condições de irem ao distrito. E o fato de constar no requerimento o 2.º grau, foi um evidente erro de datilografia. Sr. Presidente, tão constatável, que se V.Ex.^a tiver o cuidado de ler, no início está até uma vírgula digo, para justificar que é extensão do Ginásio. Se procurou inclusive, dizer de que este Deputado não conhece a situação de lá. Ora, Sr. Presidente, se não conhecesse não estava requerendo. Não se atribui um erro de datilografia o desconhecimento de causa do Deputado mais votado daquele distrito. De conhecer as pessoas e citar aqui o nome se for possível de 2 integrantes da Arena, Sr. Presidente, da ex-Arena hoje do PDS, que vão ser professores contratados, que moram na sede do distrito e que só eles têm condições de dar essas aulas. Então, eu atribuo porque eram companheiros do ex-Deputado Tomazoni eu atribuo, Sr. Presidente por razões de ordem essencialmente de comando político, atribuo a isso. Porque naquele distrito Sr. Presidente,

diga-se a verdade, o nobre Deputado David Cheriegate não vai ter mérito nenhum.

Todos conhecem o problema do comando político, não obteve os votos e havia até de se aparar as arestas para serem indicados, houve esse retardamento da aula naquele distrito por razões de comando político exclusivamente. Essa é a interpretação que eu dei. Agora o objetivo do requerimento que aquele pessoal, que aquela comunidade tenha aulas. Se o eminente Deputado, sabe que não está havendo aula e vota contra o requerimento então, Sr. Presidente, não tem justificativa para isso.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Em votação o requerimento.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar concedo a palavra ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Peço para encaminhar num socorro ao companheiro Deputado Luiz Alberto, que o Regimento lhe impede de esclarecer, ou de continuar esclarecendo a respeito do assunto. Segundo informações, essa escola no seu início, realmente ela encontrou as dificuldades como todas as escolas no seu início encontram dificuldades para recomençar as suas aulas.

Nós sabemos, todos nós Deputados que temos experiência neste campo, de que uma escola quando é criada ou autorizada a funcionar, ela tem as suas dificuldades, os seus percalços e até que se engrene a situação, essa escola tem dificuldade no seu funcionamento. Agora, 2.º informações do Deputado, a escola está regularmente funcionando, satisfatoriamente funcionando e por isso, ao nosso entender, não há razão deste requerimento, desde que a escola está perfeitamente funcionando. E por isso o meu voto é contrário também a este requerimento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

O SR. DENI SCHWARTZ - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ - Sr. Presidente, apenas para esclarecer. Esta escola nesse distrito já existe há muito tempo e o próprio Deputado Luiz Alberto foi um dos batalhadores para que esta Escola saísse. Portanto, ela não está em início de funcionamento. Já faz bastante tempo, cerca de seis anos ela está em funcionamento. Não é problema de início.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Início do ano letivo.

O SR. DENI SCHWARTZ - O Deputado Augusto Carneiro falou que no início da instalação de uma escola, há problemas. Essa escola já está instalada há bastante tempo, desde que, inclusive o ilustre Deputado Luiz Alberto era funcionário e foi um dos batalhadores para que esse colégio lá se instalasse. E segundo, as informações de sexta-feira, prestadas por um vereador daquela localidade, até sexta-feira as aulas não haviam iniciado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento. - **Aprovado.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) Pela ordem, está V.Ex.^a com a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Nilso Sguarezzi, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

13 Srs. Deputados aprovam; 17 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitado. — Ao Departamento Legislativo.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, apenas queria que a Mesa registrasse que todos os integrantes da Oposição votaram favoravelmente ao requerimento e todos os integrantes da Situação presentes, votaram contrariamente ao requerimento. O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa deferred.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Requeiro, igualmente que conste nos Anais da Casa de que a bancada do PDS votou contrariamente ao requerimento pelas razões aduzidas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa deferred.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo um policiamento efetivo junto a Faculdade de Educação Musical do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria da Agricultura, visando a implantação de um núcleo da referida Secretaria, no Município de Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de louvor e congratulações à produção do Programa "Sem Censura" levado ao ar pela Televisão Iguazu, Canal 4. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo informações sobre a exoneração do recém nomeado por ato governamental, da Chefia da Delegacia de Polícia do Município de Marechal Cândido Rondon. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de felicitações à TV Esplanada, de Ponta Grossa, pelo transcurso do oitavo ano de fundação da referida TV. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a pavimentação asfáltica da estrada que liga os Municípios de Centenário do Sul e Miraselva. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um monocal telefônico para as localidades de Flor da Serra, no Distrito de Quatro Fontes e Bela Vista, Distrito de Iguiporã, ambos no Município de Marechal Cândido Rondon. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a extensão de cabo físico para telefonia entre a sede e o Distrito de Porto Mendes, no Município de Marechal Cândido Rondon. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, no sentido de que seja criado o Distrito Judiciário de São Pedro, no Município de Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências no sentido de apurar acontecimentos que vem ocorrendo na Delegacia da Lapa. — Rejeitado. — Ao Departamento Legislativo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa deferred e procederá a verificação de votação.

13 Srs. Deputados aprovam; 17 Srs. Deputados rejeitam. — **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Sr. Governador do Estado e Secretário da Educação, agradecendo em nome da população do Município de Santa Mariana, pela doação feita através do Governo do Estado, do aparelho telefônico, ao Colégio Agrícola de Santa Mariana. — Em votação.

O SR. LINEU TURRA — (Para encaminhar) .(Consentimento). -- Pedi a palavra para encaminhar, Sr. Presidente, só para lamentar que esta Casa tenha que aprovar pedidos desta natureza. Lamento também que as nossas autoridades administrativas, responsáveis inclusive pelo bom andamento dos serviços públicos, não se preocupe com problemas desta natureza. Inclusive já tive oportunidade de apresentar, nesta Casa, um pedido de instalação de telefone num bairro da cidade de Palmeira, para atender um grupo escolar, tão necessário este telefone, porque lá muitas crianças e mesmo funcionários daquele grupo, por vezes, necessitam de uma comunicação urgente e estão impedidos de fazê-lo. É lamentável que as autoridades não se preocupem com esse problema. E, está aí um requerimento — e até justo do Deputado Fuad Nacli, que nós votamos a favor, mas queríamos até nesta oportunidade, fazer um apelo para as autoridades e Secretário da Educação, principalmente, que olhe para esses problemas que são insignificantes e fáceis de serem resolvidos. E nós encontramos inúmeros entraves para atender a essas reivindicações tão justas e necessárias do povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, como um dos representantes de Santa Mariana nesta Casa, acho lamentável um requerimento desta natureza, porque tratando-se de um Deputado, brilhante como o Deputado Fuad Nacli, com todo o trânsito nas Secretarias e mesmo no Palácio do Governo, deveria dirigir-se diretamente ao Sr. Governador e ao Sr. Secretário que atende indistintamente a todo o Paraná.

Muito obrigado. Votarei contra o requerimento.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar a votação, nobre Deputado? A Mesa não vê o Regimento Interno ferido.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente. Pedi que estava levantando uma questão de ordem, mas que seja para encaminhar a votação, porque me parece que está sendo entendido que o nobre Deputado Fuad Nacli, está requerendo a doação de um telefone. Parece-me que nos termos do requerimento, ele está agradecendo a doação. Queria que Vossa Excelência esclarecesse

melhor, porque está havendo um mal entendido.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa vai ler novamente o requerimento, atendendo a solicitação do nobre Deputado, e pede escusas aos nobres Srs. Deputados, talvez pela minha má dicção os nobres Deputados não estejam entendendo os requerimentos.

Requerimento subscrito pelo nobre Deputado Fuad Nacli, com discussão encerrada da Sessão anterior: "Requer encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Ney Braga e ao Sr. Secretário de Educação, Edson Machado de Souza, em nome da população do Município de Santa Mariana, pela doação do telefone número 31-1326, pelo Governo do Estado, ao Colégio Agrícola de Santa Mariana." — Em votação o requerimento. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, pelo seu posicionamento visando impedir a demolição do prédio da U.N.E., na praia do Flamengo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à FUNDEPAR, visando a inclusão no programa de obras, da construção de diversas unidades escolares. — Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem). Sr. Presidente, esse requerimento é um requerimento muito modesto, mas não é requerendo ou pedindo ou sugerindo à FUNDEPAR que crie escolas rurais em vários municípios e sim em um único município, que é muito bem representado por Vossa Excelência, que é Grandes Rios. Agora, em várias localidades, dentro do próprio município.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento subscrito pelo Deputado Luiz Alberto Oliveira, com discussão encerrada na sessão anterior, requer seja enviado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, para instalação de um Posto Avançado do Banco do Brasil, em São Jorge do Oeste. Em votação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria da Cultura e do Esporte, no sentido de que sejam prestados esclarecimentos das causas que determinaram a suspensão da temporada da peça teatral "Camões". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo seja ampliado o número de fiscais lotados no 17.º Distrito Sanitário, com sede em Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o envio a esta Casa do anteprojeto de lei que altera o Estatuto da Polícia Civil. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente do Banco do Brasil e Superintendente do referido Banco, encarecendo sejam liberados financiamentos agrícolas para instalação de aviários no Município de Dois Vizinhos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante

do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro da Justiça, encarecendo a revogação do ato que considerou "persona non grata" ao País o ex-deputado oposicionista paraguaio Domingo Laino. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente solicitando o envio de ofício ao Sr. Secretário da Educação, visando providências com referência situação do ensino no Ginásio Brasília Vicente de Castro, localizado no Conjunto Oswaldo Cruz I, Cidade Industrial. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de que seja determinado o início imediato da ligação asfáltica Braganey-Corbélia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente da Comissão Nacional da Cafeicultura, expondo a solidariedade desta Casa ao movimento "Marcha das Máquinas", programado para o próximo dia 20, na cidade de Santo Antônio da Platina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, no sentido de que tome providências contra os "gatos" que invadiram a praça de Paranaguá. — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem). Sr. Presidente, perdome-me a insistência, mas gostaria de conhecer o teor total do requerimento que Vossa Excelência acabou de colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Esta Presidência atenderá o nobre Deputado com muito prazer.

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, ofício para que tome providências contra os "gatos" que invadiram a praça de Paranaguá."

O SR. JOSÉ TAVARES — Senhor Presidente, justifico. É que entendi que quando Vossa Excelência falou em Delegado e "gato", pensei que fosse Delegado de Polícia e ladrão.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Pela ordem, Senhor Presidente.

Apenas para esclarecer, se me permite a palavra, talvez não tenha colocado nesse requerimento, os devidos termos. Acontece que "gato" virou um termo tão generalizado em todos os sentidos, é sinônimo de ladrão, é sinônimo de corrupção, é sinônimo de...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — O nobre Deputado está encaminhando a votação?

O SR. NESTOR BAPTISTA — Senhor Presidente, apenas para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encaminhando a votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Perfeito. No requerimento, "gatos" são aqueles não sindicalizados e que ficam contratando pessoas também não sindicalizadas, pagando menos portanto, e tirando dos homens de sindicatos, a condição de trabalho. "Gato", os Deputados do Norte do Paraná, sabem perfeitamente que são aqueles que ficam inclusive, contratando "bóias-frias", tirando do sindicalizado, no caso do requerimento, a condição de trabalho.

O SR. RUBEN VALDUGA — Senhor Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, o nobre Deputado tem a palavra.

O SR. RUBEN VALDUGA — Tinha pedido a palavra para encaminhar, para tomar conhecimento, se os gatos estavam entre aspas ou não e depois ele fez uma explicação que eu gostaria de complementar.

Efetivamente aqueles que não são afeitos ao trabalho de carregadores, talvez não saibam que há uma expressão que é comum, que é a expressão dos "gatos atravessadores" e esses efetivamente criam bastante problema para os operários sindicalizados. Felizmente o nobre Deputado, vice-Líder do PMDB veio em tempo, porque eu me propunha aqui, a pedir à nossa bancada que rejeitasse. Acho de alta importância o pedido, só que de outra feita, seja um pouco mais explícita.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes). Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, é evidente que nós votaremos favoravelmente ao requerimento, apenas fazemos um apelo para que o nobre Deputado Nestor Baptista, autor do mesmo, substitua a palavra **gatos**, aí deve estar entre aspas, substitua a palavra **gatos**, para agenciador, porque não é possível que esta Casa vote um requerimento, de cujo entendimento é ambíguo.

Ainda há pouco, o Deputado Tavares confundiu com Delegados de Polícia e aí é que eu quero fazer a defesa da classe dos Delegados de Polícia, porque nem todos são ladrões. Em todas as atividades humanas, existem os honestos, os desonestos, os preguiçosos, os trabalhadores, os capazes, os incapazes, os safados.

Então não é justa a generalização que quis dar à carreira de Delegado, pelo nobre Deputado José Tavares, um ex-integrante da carreira que deixou uma folha de serviços, brilhante, prestados à segurança de nosso Estado.

Então não é justa a generalização, desse dito infamante a uma carreira que realmente tem elementos que destoam, tem elementos que não representam aquilo que o povo espera da sua polícia, da sua segurança, mas que felizmente, uma minoria. A grande maioria são homens abnegados, são homens que tem até arriscado a própria vida em defesa da comunidade paranaense.

Era essa a ressalva que gostaria que fosse feita, tanto na redação do requerimento, quanto no encaminhamento feito pelo nobre Deputado José Tavares.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa faz um apelo ao nobre Deputado Nestor Baptista, autor do requerimento da possibilidade de trocar os termos "gatos", por agenciadores.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Perfeitamente, Sr. Presidente. É que confesso que não encontrava o termo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa agradece ao nobre Deputado. Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Realmente, a expressão ganhou manchete na literatura cotidiana dos jornais, porque, e inclusive consta este termo nos mais modernos dicionários. Os léxicos modernos trazem a expressão gato, com diversas significações léxicas. Por esta razão, achei até oportuno que o Deputado alterasse ou permitisse a alteração, dando uma explicação clara, para não haver dúvida. E realmente a literatura dos jornais diários, trazem a expressão gato como ladrões, furtadores, extorquistas e assim por diante. Mas, a expressão gato hoje, é específica de agenciadores de serviço principalmente nas regiões que necessitam de um volume grande de mão-de-obra, seja eles, para agricultura, seja eles para o trabalho

em carga e descarga de portos ou veículos de transporte. Por esta razão, é naturalmente oportuno que se faça essa correção e que também, se esclareça, que esses agenciadores de serviços são aqueles que ficam fora do sindicato.

Por esta razão, eu me congratulo até com o Deputado Nestor Baptista, para que este Parlamento não sofra os deslizos que podem ocorrer nas interpretações de textos constantes em requerimentos para que possam ser aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento com emenda substitutiva, de acordo com o atendimento do nobre Deputado Nestor Baptista, substitua se "gatos" por agenciadores. — APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Ignácio Aloysio Donel, pela sua eleição para Presidente da COTRIGUAÇU. — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, em forma de pedido de informações, com referência ao programa Merenda Escolar.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplauso à diretoria do Instituto Lins de Vasconcelos, pelo incentivo que vem dando aos jovens em suas formações políticas através da "Cidade Mirim", solicita ainda, voto de aplauso à jovem Ana Maria Silveira eleita Prefeito da Cidade Mirim e ao jovem Marcelo Moreira Côrtes, eleito Presidente da Câmara Municipal. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando registro nos Anais da Casa, a passagem do "Dia da Tomada de Montese", grande feito militar brasileiro. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências no sentido de se processar a designação de Delegado de Carreira, para a Delegacia de Polícia do Município de Santa Isabel do Ivaí. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da PARANATUR, visando adoção de medidas para implantação de obras de infra-estrutura no recanto denominado "Águas do Verê", no Município de Verê. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do INAMPS, enfatizando a necessidade de credenciamento dos hospitais em funcionamento no Município de Dois Vizinhos. — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, no sentido de que sejam reajustados os vencimentos dos Servidores Públicos Estaduais, a partir de 1.º de maio. — Em

discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, creio que quaisquer requerimentos visando melhorias para a valerosa classe do funcionalismo público estadual deve merecer a nossa atenção. Mas também deve merecer a atenção deste Plenário, a consideração especial que o Governador Ney Braga e o seu Secretário de Recursos Humanos vem tendo para esta mesma classe.

Nós temos visto e ouvido, verificado atentamente que o atual Governador tem, como meta prioritária da sua administração o atendimento das mais legítimas aspirações dos funcionários públicos. Nós, aqui nesta Casa aprovamos no último aumento concedido este ano para o funcionalismo público estadual, uma medida de alta relevância social. É a chamada parcela adicional social que o Governo do Estado vem pagando para o funcionalismo público estadual, uma medida até de alta justiça, Sr. Presidente, de vez que aqueles funcionários menos retribuídos recebem mais.

E não sei se esta Casa sabe, por exemplo, que o funcionalismo que recebe o salário mais baixo da carreira do funcionalismo público estadual, chega a receber através da parcela adicional social mais três salários anuais. Isto é, uma servente, por exemplo, do Estado do Paraná ao invés de receber apenas 12 salários, se computar a parcela que recebe mensalmente, antecipadamente uma parte cada mês, vai chegar ao final do ano praticamente com 15 salários para retribuição do seu salário.

Aqueles que recebem até 8 mil cruzeiros recebem mais uma espécie de 13.º salário. Mas então é capaz até de se perguntar neste Plenário: por que não dar o 13.º salário ao funcionalismo? Seria possível, mas o Governo do Estado não tem condição pela legislação federal. E é bom que se diga também que o Paraná é o único Estado que tem este tipo de comportamento para com o seu funcionalismo estadual.

Então nós, da Bancada do PDS podemos dizer que o Governo está atendendo as aspirações do funcionalismo público estadual, está dispendendo aquilo que pode para o atendimento das justas aspirações do funcionalismo.

Também o funcionalismo não quer, só ele receber tudo aquilo que o Governo arrecada, porque sabe que são necessárias as obras em favor do atendimento de tantas e justas aspirações trazidas a esta Casa, ao Governo do Estado, através desta Casa, inclusive pela nobre Bancada da Oposição.

Quero deixar claro aqui, que votamos a favor do requerido, mas também não podemos silenciar de um Governo que está realizando tanto em tão pouco tempo pelo funcionalismo público estadual.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento. — APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio e Presidente do I.B.C., indicando o Sr. Jocely Antônio da Silva para o cargo de Diretor de Comercialização do I.B.C. — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão de Deputados, para visita ao Tribunal Regional Eleitoral. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem,

está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Gostaria que Vossa Excelência informasse à Casa, se possível, o objetivo da visita.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lerá na íntegra o requerimento do nobre Deputado Fiori Luiz. — (Lê o requerimento).

Em votação. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando a expressa manifestação desta Casa no apoio à Emenda Constitucional, do Sr. Deputado Pacheco Chaves, que revoga o dispositivo do "pacote de abril", restabelecendo em 4 anos o mandato dos prefeitos e vereadores. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). — Sr. Presidente, peço que conste em ata meu voto contrário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere o pedido do nobre Deputado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, reivindicando instalação de redes de energia elétrica e iluminação pública em diversos distritos, pertencentes ao Município de Capitão Leônidas Marques. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando voto de apoio às reivindicações de diversos sindicatos e algumas cooperativas do Oeste do Paraná, quanto aos problemas agrícolas. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros da Agricultura, Fazenda, Planejamento e Diretor Geral da CACEX, encarecendo a imediata retirada do imposto de exportação incidente sobre a soja. — Em discussão.

O SR. LÁZARO DUMONT — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Pediria, Sr. Presidente, e inclusive acho que posso fazer isto, a retirada do requerimento que já faz tempo que foi apresentado nesta Casa e tomadas medidas governamentais. Posterior à este requerimento, tivemos oportunidade, juntamente com o Deputado Nelson Friedrich, Deputado José Tavares e o Deputado Nilso Sguarezi, anterior também o próprio Deputado Valduga fez uso da tribuna, então acredito que a participação da Assembleia Legislativa do Paraná ficou patenteada neste episódio e mais uma vez demonstrou que, nestes problemas, ela estará realmente presente. Como o fato já está consumado, pediria a Vossa Excelência a retirada do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere, atendendo solicitação do nobre Deputado. — Retirado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Diretor do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos e ao responsável pelo referido programa na Caixa Econômica Federal, no sentido de que sejam apressadas as liberações das verbas para a execução e construção dos Centros Sociais em diversas localidades. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja

oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., encarecendo a instalação de uma filial do referido banco na Cidade de Vera Cruz do Oeste.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que seja criada uma agência daquele estabelecimento de crédito no Município de São João.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da COPEL, no sentido de informar quanto ao pagamento às empreiteiras, sub-empreiteiras, modalidades contratuais e outras providências.— Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Para encaminhar a votação).

Não sei se o Deputado Nelson Friedrich, que fez o movimento, prefere encaminhar antes?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Não. Vossa Excelência tem preferência, até por uma questão de ordem, de assunto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna discutir o requerimento apresentado pelo nobre Deputado Waldyr Pugliesi, porque sei qual é o objetivo. E todos nós sabemos qual é o objetivo do requerimento. Atinge, em primeiro lugar, de uma forma indireta, ao ex-Presidente da COPEL, Engenheiro Arthur Andreoli. Todas as colocações feitas no requerimento, não se referem a este período governamental, mas sim à administração anterior. E quero lembrar a esta Casa, que o Dr. Arthur Andreoli, hoje ocupando um cargo de representatividade do Paraná, na ELETROSUL, foi por este Parlamento mesmo homenageado, quando por unanimidade, representantes da então ARENA e do então MDB apresentaram um projeto, por unanimidade, com parecer exarado na Comissão de Constituição e Justiça, pelo então brilhante Deputado da Oposição, Sebastião Rodrigues, o último Presidente do MDB Estadual. Naquela ocasião, certamente, os ilustres Deputados que aqui ocupavam suas tribunas, devem ter analisado inclusive o aspecto moral, a moralidade do cidadão que se pretendia homenagear. Mas não só conheço o valor, a honestidade e a inteligência do ex-Presidente da COPEL, Dr. Arthur Andreoli que recebeu, repetidas vezes, elogios por sua atuação na COPEL, até mesmo de Deputados da Oposição. Mas também porque conheço o Sr. Darci Fantin, titular da firma que pretende o requerimento estabelecer alguma ligação menos correta entre o Dr. Arthur Andreoli e o Sr. Darci Fantin. E o conheço tão bem, como conhecem também os eminentes Deputados da Oposição da minha região. O Sr. Darci Fantin é um homem que se fez na vida à custa do seu trabalho. Mora no sudoeste desde 1958. Quando residia naquela Cidade de Pato Branco, já tinha o seu caminhão, a sua empresa de transporte. Posteriormente, foi morar na cidade vizinha de Itapejara do Oeste, onde notabilizou-se inclusive, por uma aguerrida campanha eleitoral onde foi candidato pela oposição a Prefeito Municipal de Itapejara. Ele sempre me diz que me deve um favor, o favor de que nós o derrotamos naquela eleição. Ele pela Oposição e nós pela Situação.

Quero, portanto, dizer ao Plenário que posso testemunhar pessoalmente, a respeito da honorabilidade pessoal, tanto do empresário vitorioso Darci Fantin, quando do ex-Presidente da COPEL, Dr. Arthur Andreoli.

Já assinala também que todas as indagações são com relação ao período anterior a este Governo. Mas acho que é conveniente que todos nós tenhamos em mente que a COPEL goza do mais alto prestígio, situando-se entre as mais capazes organizações empresariais do País. Sua idoneidade que é patri-

monio não só da COPEL, mas é patrimônio também de cada um dos paranaenses, porque essa empresa é uma empresa paranaense, tem tido a irrestrita confiança não só do Governo Federal, como poder concedente, mas também de entidades de créditos, créditos tão necessários para que a COPEL possa fazer a extensão da energia elétrica no interior do Estado, como nós aspiramos.

A partir de algumas perguntas e de uma referência à prosperidade - alegada rápida, de uma empresa particular, que atua como empreiteira de obras em vários Estados, o eminente Deputado Waldyr Pugliesi ao mesmo tempo em que proclama não dispor de elementos para qualquer certeza, põe em dúvidas a correção em que foram tratados assuntos referentes àquela empresa.

Deve-se ressaltar que parte das indagações nem poderiam ser respondidas pela COPEL, porquanto se referem à Usina de Salto Osório, pertencente a ELETROSUL e, portanto, esta Casa não é competente para analisar o pedido de informações do Deputado Waldyr Pugliesi.

Todos sabemos que essa obra foi concluída e entregue há vários anos. Acrescente-se apenas que a execução coube à COPEL por delegação da ELETROSUL, concessionária desse empreendimento, até numa eloqüente prova da confiança das autoridades federais numa empresa de paranaenses, que coloca para trabalhar nessa empresa, gente do Paraná: funcionários, empregados, trabalhador rural, engenheiro, testemunhando, assim, uma vez mais, o prestígio que goza a COPEL a nível nacional.

Finda a construção, encerrou-se o convênio firmado entre a concessionária paranaense e a ELETROBRÁS, quanto à execução da obra de Salto Osório.

Desde a execução de Salto Osório, portanto, qualquer questão relativa àquela Usina, inclusive ao período de sua construção, deve ser dirigida diretamente à ELETROSUL e não à COPEL.

Assim, as indagações quanto à COPEL são incabíveis com relação a construção da Usina de Salto Osório.

Tenho em mãos o convênio firmado entre essas duas empresas, pelo qual a COPEL recebeu o honroso encargo de executar obras daquela grande hidrelétrica.

Gostaria até que outras obras fossem entregues à COPEL, ao invés de serem executadas pela ELETROSUL.

Tenho testemunhado, aqui no plenário, e em tantas ocasiões, algumas injustiças que a ELETROSUL, por exemplo, tem feito, com relação a indenização de terras. Injustiças essas que a COPEL não pratica quando executa obras por delegação da ELETROBRÁS.

Como é de conhecimento geral, a COPEL cumpriu destacado papel na construção da Usina Salto Osório. Mesmo que essa Usina não lhe pertença, na sua construção a empresa paranaense deu uma demonstração de sua operosidade e de sua eficiência, o que muito valeu para que, inclusive, lhe fosse outorgada, posteriormente, a construção de um outro grande empreendimento hidrelétrico que será executado por nós, paranaenses, ou seja, a Usina de Foz do Areia, como será também a Usina de Salto Segredo.

Por outro lado, nenhum de nossos pares, Sr. Presidente, irá admitir que o autor do requerimento, tão interessado nas atividades da firma particular em apreço, desconheça que a mesma não pestou serviços exclusivamente à COPEL, tendo-o feito a várias outras entidades importantes. Dentre essas entidades, poderíamos destacar, por exemplo: a ELETROSUL, a Companhia Energética de São Paulo, a Itaipu Binacional, a Companhia Brasileira de Projetos e Obras, Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro; mas também algumas prefeituras dirigidas honestamente por homens da Oposição, como por exemplo a Prefeitura de Guarapuava, onde esta empresa faturou mais de cem milhões de cruzeiros na execução de serviços para o asfalta-

mento da cidade e não se coloca aqui quaisquer dúvidas com relação à honorabilidade daquele contrato ou do Sr. Prefeito Municipal de Guarapuava. Assim a alegada prosperidade da referida empresa particular jamais poderia ser atribuída aos serviços prestados à COPEL. Pela mesma razão, igualmente, é inconcebível restringir à COPEL o empenho em obter informações.

Primordialmente, é estranhável portanto, que o endereço das disfarçadas e inconsistentes insinuações seja uma concessionária que goza do maior conceito junto à opinião pública e perante às autoridades federais e instituições de crédito. (Lê):

"Ademais, Sr. Presidente, todos os membros desta Assembléia sabem que a COPEL é uma concessionária de serviços públicos de energia elétrica e quais são todas as implicações e conseqüências dessa condição.

Uma concessionária, como a COPEL, não é uma sociedade sujeita unicamente à sistemática de controle da legislação comercial. Uma empresa que explora serviços públicos sob concessão do Governo Federal, em verdade, substitui a União, agindo em nome dela, e exercendo uma função delegada do Poder Concedente.

Como tal, a Concessionária está submetida a um rigoroso mecanismo de controle, exercido direta, diuturna, constante e minuciosamente, pelo Ministério das Minas e Energia. Essa fiscalização abrange não só os aspectos técnicos como financeiros e contábeis, na forma dos dispositivos do Código de Águas e do Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, consolidado pelo Decreto 41.019 e pela legislação complementar.

É oportuno frisar que, no caso de uma concessão federal, o Poder Concedente é o dono final do negócio, pois a ele reverterão os bens a instalações, na forma da lei. Assim, o Poder Concedente exerce seu poder de vigilância, não só através de demonstrativos das Concessionárias, como, também, no tocante às obras realizadas, e pela ação direta do órgão incumbido da fiscalização, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE.

Esse Departamento realiza exames internos nas Concessionárias, abrangendo todas as suas atividades técnicas, econômicas e financeiras, o que é levado a efeito criteriosa e sistematicamente.

Também não ignoram o requerente e nenhum dos integrantes desta Casa que a ELETROBRÁS, que financia a grande obra de Foz do Areia e outros notáveis empreendimentos da COPEL, exerce, em decorrência da sua posição de financiadora, uma diuturna fiscalização.

Ao longo de toda a construção, passo a passo, os contratos, e os demais documentos, são examinados e, inclusive, certificados pela empresa federal.

Assim, a tentativa de acrescentar algo à essa rigorosa e minuciosa fiscalização significaria sobrepor-se aos órgãos competentes.

Tenho a oportunidade de, aqui e agora, mostrar alguns documentos que demonstram exatamente os rigorosos e minuciosos procedimentos da fiscalização efetuada pela ELETROBRÁS, nas obras por ela financiadas. Eis os certificados que evidenciam o detalhamento do exame e atestam a perfeita regularidade das transações, de toda ordem, praticadas pela Concessionária paranaense.

Noutro ponto as verdadeiras intenções do ilustre Deputado Pugliesi ficam igualmente evidentes.

Na justificativa do requerimento, seu autor designa como sofisma que se lembre o fato de que o Tribunal de Contas analisa e julga as contas das empresas como a COPEL, o que é feito, note-se, por força e nos termos da Lei votada por esta Casa.

Ora, Sr. Presidente, a Lei Federal n.º 6.223, de 14.07.75, com a redação dada pela Lei n.º 6.525, preceitua claramente como deve ser a fiscalização financeira das entidades com perso-

nalidade jurídica de direito privado, como a COPEL, atribuindo-a ao Tribunal de Contas.

Ademais, a Lei Estadual n.º 6.765, de 26.12.75, em consonância com a legislação federal citada, dispondo sobre a fiscalização financeira por este Poder Legislativo, igualmente estabelece que ela deve ser feita com o auxílio do Tribunal de Contas, nos casos das entidades ditas paraestatais, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, cujo capital pertença exclusiva ou majoritariamente ao Estado.

Impõe-se frisar que a Lei determina que, na fiscalização em apreço, haverão de ser respeitadas as peculiaridades de funcionamento da entidade, verificando a exatidão das contas e a legitimidade dos atos. Além disso, serão respeitados os seus objetivos, a natureza empresarial e a operação segundo os métodos próprios do setor privado da economia.

Não seria o Poder Legislativo, portanto, que iria pretender, mediante a aprovação desse requerimento, violar o espírito e a letra das normas legais que disciplinam o próprio exercício da fiscalização financeira, nem muito menos seria esta Assembléia que iria menosprezar a atividade exercida pelo Tribunal de Contas, exatamente como auxílio a esta Casa.

É da maior relevância, pois, assinalar que o Tribunal de Contas do Estado já apreciou e aprovou os elementos relativos a todos os exercícios submetidos, pela COPEL, na forma da Lei, ao seu exame.

O mais recente julgamento, concernente ao exercício de 1978, foi proferido mediante o Acórdão n.º 328/80, conforme consta da Provisão de Quitação.

Torna-se oportuno, por conseguinte, fazer expressa referência ao conteúdo do Relatório sobre o qual se fundamentou o citado julgamento.

O relator frisa que os atos que compõem o movimento operacional da COPEL foram examinados e comentados pela Inspeção Geral de Controle, que concluiu pela regularidade dos mesmos, tendo em vista que atendem à Legislação e, em especial, à nova Lei das sociedades por ações (n.º 6.404/76) e às normas do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pelo Governo Federal, mediante o Decreto n.º 82.962/78.

Com respeito ao exame técnico-especializado, é preciso ainda ressaltar que a Inspeção Geral de Controle do Tribunal de Contas assinala que os resultados apurados na análise e na instrução procedida - além de amparados no processo propriamente examinado - tiveram por base, também, as informações constantes dos relatórios mensais da 4a. ICE - Inspeção de Controle Externo.

A 4a. ICE - à qual está jurisdicionada a COPEL - possui uma equipe especialmente designada para a verificação "in loco" de todos os atos e fatos administrativos, dispondo, inclusive, de uma sala própria, no edifício-sede da Empresa.

Eis, Sr. Presidente, como diferem os termos e o grau de objetividade, de um lado, do autor da justificativa do requerimento em causa e, doutro lado, dos membros e altos funcionários do Egrégio Tribunal de Contas.

Assim, ninguém ignora que, se no decorrer dos procedimentos das diversas prestações de contas, alguma dúvida, objetiva e fundada, tivesse sido levantada, teria sido, então, verificada, apurando-se devidamente qualquer irregularidade que eventualmente pudesse existir.

Por tudo isso, Sr. Presidente, não há nenhum motivo válido para que seja aprovado o requerimento, não tendo esta Assembléia, portanto, qualquer razão para o encaminhá-lo.

Acresce ainda, como bem o sabe o requerente, que a COPEL presta contas sistematicamente, e de modo exaustivo e cabal - além de ao Tribunal de Contas e ao DNAEE - À ELETROBRÁS, como dissemos, e a outros órgãos federais.

Não se oferece outro caminho a esta Casa, pois, a não ser rejeitar o requerimento de informações do Deputado Pugliesi.

Sua aprovação significaria - como se possível fosse - contradizer os vários testemunhos que, nesta Assembléia, têm sido prestados pelos integrantes das bancadas do Governo e da Oposição, atestando a idoneidade da COPEL.

E mais, Sr. Presidente: testemunharia, eloquentemente, que o Poder Legislativo não confia no seu órgão fiscalizador, que é o Tribunal de Contas.

Estou certo, pois, Sr. Presidente, que os membros desta Assembléia - independentemente da sua condição de integrantes das bancadas do Governo ou da Oposição - irão expressar, conscientemente, seu voto contra a aprovação do requerimento."

Não se oferece outro caminho a esta Casa, pois, a não ser rejeitar o requerimento de informações do eminente Deputado Waldyr Pugliesi, pelas razões expostas.

O Sr. Jurandir Messias — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Gostaria muito, eminente Deputado, mas não posso, pelo Regimento Interno. Se puder, concedo com muito prazer a todos os eminentes Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa o eminente Deputado, que de acordo com o Regimento, em discussão o nobre Deputado pode conceder aparte. Vossa Excelência iniciou o seu pronunciamento às 17,15 horas, e vai até às 17,45 horas.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Concedo, com muito prazer o aparte ao eminente Deputado Jurandir Messias.

O SR. DARCI DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, é apenas para que ficasse registrado, que o eminente Deputado que se encontra na tribuna, estava encaminhando a votação, e talvez por um lapso da Mesa ...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que ele pediu a palavra para discutir. Está discutindo o requerimento.

O SR. DARCI DEITOS — Porque nós realmente estranhamos o tempo que ele estava na tribuna, mas ...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que está discutindo o requerimento. Com a palavra, o nobre Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Concedo o aparte ao nobre Deputado Jurandir Messias.

O Sr. Jurandir Messias — Deputado Luiz Alberto, Vossa Excelência discutiu com bastante conhecimento o requerimento do Deputado Waldyr Pugliesi. Mas o que me chamou a atenção, particularmente, foi que entendemos que o Deputado Waldyr Pugliesi e que lamentamos a sua ausência hoje, neste plenário, não diz o porquê quando pretende, no seu requerimento, me parece favorecer uma empresa, uma firma e não vem de encontro aos interesses da comunidade.

Acharia, Sr. Deputado Luiz Alberto, muito mais válido se o Deputado Waldyr Pugliesi desse entrada, nesta Casa, de um requerimento pedindo explicações à COPEL ou à ELETROSUL, que seria evidentemente o órgão mais responsável pelo absurdo das altas da energia elétrica. Deputado Luiz Alberto, está quase que impraticável para o usuário usar ...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência me permite dialogar com Vossa Excelência?

O Sr. Jurandir Messias — Permito, só queria completar este rápido raciocínio.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — O Deputado Waldyr Pugliesi teria cometido o mesmo erro que cometeu quando fez o requerimento. Porque as informações que o Deputado Waldyr Pugliesi solicita, algumas devem ser requeridas à ELETROSUL que é uma empresa federal. Da mesma forma que o problema do tabelamento do preço de energia é problema do Governo Federal e não da COPEL.

O Sr. Jurandir Messias — Eu me referia à ELETROSUL que é o órgão responsável e competente, para a fixação dessas tabelas, dessa tarifa para a cobrança de energia elétrica.

E competando, Sr. Deputado, diria que realmente hoje os usuários quase que estão impossibilitados de fazer uso desta coisa tão essencial que é a energia elétrica, em virtude do seu alto custo, do seu alto preço. Está subindo quase que mensalmente a energia elétrica.

E aonde vão os nossos assalariados, aqueles que ganham este minguado salário, tão debatido, tão falado por todos os parlamentos do Brasil. E, ninguém até hoje atentou para este problema, Deputado Luiz Alberto, do preço exorbitante da energia elétrica. E digo mais a Vossa Excelência, que sofre como eu e como todos os Deputados desta Casa, também está impraticável para uma Prefeitura, principalmente para uma Prefeitura de pequeno porte, a extensão para qualquer localidade através da COPEL, por determinação de quem? Da ELETROSUL. Que baixa uma portaria tornando impraticável a extensão de luz elétrica para um distrito, para um bairro, para qualquer localidade. Hoje uma Prefeitura de pequeno porte, gasta todo seu orçamento para puxar a luz numa extensão de aproximadamente 20 quilômetros, que dirá se for maior esta extensão. Portanto, Sr. Deputado, isto é que me parece de grande interesse para a comunidade e não o requerimento, procurando beneficiar a uma pessoa, a uma empresa, a um amigo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Gostaria, eminente

Deputado Jurandir Messias, a bem da verdade, dizer que o requerimento do eminente Deputado Waldyr Pugliesi não pretende beneficiar a nenhuma empresa. Está recriminando a atitude de uma empresa particular que como relatei, iniciou no Paraná, em 1958, cujo proprietário dessa empresa era companheiro seu de extinto partido, Movimento Democrático Brasileiro, pelo qual foi candidato a Prefeito Municipal em Itapejara do Oeste.

O Deputado Waldyr Pugliesi a bem da verdade, em nenhum momento pretende, em quaisquer dos termos, colocado pelo requerimento, o benefício a qualquer empresa. Gostaria de me colocar à disposição, se algum outro Deputado quisesse algum outro esclarecimento sobre o assunto. Estou à disposição para dialogar.

O Sr. Darcy Deitos - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Tão somente para esclarecer o eminente Deputado Jurandir Messias que ele nem se preocupou em ler o requerimento que fez o eminente Deputado Waldyr Pugliesi, Presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, da Comissão Provisória aqui do Paraná. Que é claro no seu requerimento. Requer o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Douglas Luz, DD. Presidente da COPEL, solicitando informações, quanto ao pagamento às empreiteiras, sub-empreiteiras, modalidades contratuais e outras providências. Quer dizer. Este foi o objetivo do requerimento. E o eminente Deputado divagou sobre taxas de energia, exorbitâncias etc. e tal, que disso não trata o requerimento em absoluto. E isto inclusive aqui nesta Casa já foi levantado, o alto custo da energia elétrica cobrada pela COPEL, acima da CESP em São Paulo, muito acima da de Santa Catarina. Então era só para fazer esta observação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Quero discordar desta última colocação. Da mesma forma que concordo com a primeira, discordo da última.

O Sr. Darcy Deitos — Absolutamente. Só se Vossa Excelência tiver dados que comprovem isso. Porque tenho conhecimento que a CESP é seguramente de quarenta por cento a menos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Existe regulamentação federal sobre a matéria, o preço da energia elétrica é unificado no País inteiro. Há uma portaria do Departamento

Nacional de Águas e Eletricidade, que estabelece um preço único para tarifa de energia elétrica no País. Isso é da lei.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência tem condições de mostrar as tarifas, as diferenças de taxa de São Paulo com o Paraná?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Tenho condições de discutir com Vossa Excelência, se Vossa Excelência trouxer um caso concreto.

O Sr. Darcy Deitos — Então lhe trarei oportunamente. Um caso concreto, aonde há um benefício para as pequenas camadas, com uma taxa subsidiada.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Gostaria de conhecer esses dados.

O Sr. Darcy Deitos — Agora eu também queria, aproveitando esta oportunidade, ficar satisfeito com a intervenção do eminente Deputado Jurandir Messias, que é quando eu o vejo pela primeira vez se preocupar com os assalariados. Fiquei satisfeito com a intervenção do eminente Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência comete uma injustiça para com o Deputado Jurandir Messias. Porque conheço o valor do seu trabalho legislativo e não posso concordar com Vossa Excelência. A preocupação com o assalariado não é propriedade de ninguém. A propriedade da luta pelo trabalho é da consciência de cada um de nós.

Cada um desenvolve o seu trabalho parlamentar como deseja e não como lhe querem impor.

O Sr. Darcy Deitos — Mas fiz alusão ao fato, tão somente para que ficasse registrado nos Anais.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lembra ao nobre Deputado Luiz Alberto que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Jurandir Messias — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Luiz Alberto Oliveira, primeiro quero fazer um reparo ao aparte do Deputado Darcy Deitos, quando Sua Excelência diz que o requerimento não visa defender interesses. Digo que visa. Porque conheço por trás, e se Vossa Excelência partir das raízes, o interessado é do MDB, eles não pregam sem estopa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Não, não estou afirmando isso em nenhum momento. Não entendo assim e também não aceito assim, nobre Deputado, e não deixo essa insinuação no ar.

Essas coisas são muito graves. Não podemos fazer, aqui, requerimentos, pedidos de informações, por ouvir dizer. Não podemos ser levianos, nesta Casa, Deputado.

Temos que ter o respeito, a credibilidade do nosso mandato, da nossa palavra. Respondo, aqui, por todas as afirmações que fiz neste requerimento. Mas, não aceito que nenhum Deputado, nem Vossa Excelência que priva da minha amizade, que é meu companheiro de partido, que é meu amigo, insinue qualquer coisa para o Deputado Waldyr Pugliesi sem a prova. Como espero o mesmo comportamento da bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que o tempo de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para discutir) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de mais nada, cabe uma colocação à exposição, por sinal muito bem elaborada e também muito bem apresentada, pelo ilustre Deputado que me antecedeu na tribuna.

Mas, quando a Oposição ...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Muito obrigado pela sua referência.

Acho que Vossa Excelência tem muita condição de julgar os outros.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado.

... principalmente porque o ilustre Deputado fez referência de que a Oposição, nesta Casa, tendo como relator o hoje Deputado Federal Sebastião Rodrigues Júnior, aprovava um título honorífico ao ex-Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, hoje Companhia Paranaense de Energia. Mas, ao mesmo tempo, me socorrem os mais antigos da Casa, e a verdade é que o dinamismo dos processos políticos e dos dias que passam, nos trazem esse tipo de constatação.

Tempos atrás, era o Deputado Sebastião Rodrigues que era o relator de um projeto dando o título de cidadão honorário - se não me falha a memória - ao ex-Diretor da COPEL.

E anos antes ...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência está equivocado. Não afirmei isso.

O SR. NELTON FRIEDRICH — ... homenageara o ex-Diretor da COPEL. Mas, o mais importante, o que queria dizer, é que esse processo é muito dinâmico. Porque, a questão de alguns anos atrás, o próprio genitor do Deputado que saiu da tribuna, ex-parlamentar Cândido Martins de Oliveira Neto, também foi relator ...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência, em primeiro lugar, se equivoca com o nome de meu pai.

Se Vossa Excelência quiser citar o nome de meu pai pelo menos tenha a decência de citá-lo corretamente.

Já que Vossa Excelência é tão bem informado, ou se valeu de informações de terceiros.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Gostaria que o ilustre Deputado desse o nome de seu pai, por inteiro, para conhecimento dos Deputados novos.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Veja como Vossa Excelência tem desconhecimento até sobre o que fala.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Vossa Excelência não gostaria de vir à tribuna para esse tipo de colocação?

Mas, só para fazer o comparativo, Sr. Presidente, de que, há alguns anos atrás, o pai desse Parlamentar que saiu da tribuna, foi relator de um projeto de outorga de cidadania honorária ao ex-Governador Leonel Brizola. E tenho a certeza que o Partido Trabalhista Brasileiro, ou Bloco, nesta Casa, haverá de convidar esse cidadão, com todas as honrarias, para vir aqui...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Desafio Vossa Excelência que prove isso.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa devolve a palavra ao orador que se encontra na tribuna e solicita do mesmo, para que ele se atenha ao assunto que está em debate.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado, Sr. Presidente. Darei em seguida e só não me ative até agora, porque não me foi possível.

O requerimento ora em discussão, Sr. Presidente, para que melhor se posicionem as coisas, merece até uma leitura, porque na verdade, é um requerimento que foi encaminhado à Mesa em 25.03.80.

Conseqüentemente, todos esses dias passados, e ficando de sessão para sessão, é conveniente, portanto, o conhecimento dos Deputados que ainda estão aqui e nos seus gabinetes, do inteiro teor do mesmo.

Tomo a liberdade, portanto, ao iniciar esta discussão, de

fazer esta leitura. (Lê):

"O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência que, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Sr. Douglas Luz, digníssimo Presidente da COPEL, solicitando o seguinte:

1. Que se informe o valor dos pagamentos efetuados pela COPEL à DM construtora de obras, na Usina de Salto Osório, e quais os serviços prestados por ela.
2. Qual o montante dos pagamentos efetuados à DM Construtora de Obras na Usina de Foz do Areia até 1979, e quais os serviços que deram origem ao mesmo?
3. Que se forneça cópias dos contratos, se foi na qualidade de empreiteiras, e os boletins de medição referentes a cada contrato, bem como o valor dos pagamentos efetuados pelos serviços contratados a DM?
4. Que se forneça informações idênticas à solicitação do item 3, se a DM executou serviço de sub-empresiteira.
5. Que se forneça o montante de pagamento efetuado à Construtora Andrade-Gutierrez, por serviços prestados à Foz do Areia, bem como cópia dos contratos, especificando os trechos executados pela mesma, na obra referida.
6. Que se forneça cópia do aditivo contratual celebrado com a firma Andrade-Gutierrez.
7. Que se forneça detalhadamente quais os procedimentos adotados quando da contratação de sub-empresiteiras por empresiteira contratante de serviços junto à COPEL e sob que condições as mesmas podem efetuá-los.
8. Que se forneça informações se a DM executou serviços para a COPEL em outros locais dando detalhes sobre eles, se isso tiver ocorrido.
9. Informar se a DM trabalhou por administração para a COPEL para que serviços locais e quais os valores pagos pelos mesmos dentro dessa modalidade.
10. Informar que modalidade de contratação é essa, como são efetuados os pagamentos, e porque e quando essa modalidade é utilizada.
11. Se a COPEL pode contratar firmas que possuam em seus quadros, funcionários pertencentes à mesma, e se isso ocorre, explicar quando e porque."

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O objetivo inclusive de vir à tribuna, que, na nossa opinião, trata-se de um requerimento dos mais sérios, explícitos e extraordinariamente bem formulados, porque as informações pretendidas, são lógicas, extensivas e talvez de difícil manuseio, de dados, de informações, principalmente tratando-se da COPEL, com a organização e com o grande empreendimento que habitualmente faz.

Mas todos esses 11 itens indagados pelo Deputado Waldyr Pugliesi, são claríssimos, com objetivos sérios e que evidenciam, não nas entrelinhas mas evidenciam com uma clareza ímpar, a pretensão de se saber, nesses 11 itens, quanto que o pagamento feito pela COPEL às empresiteiras, à ADM, subempresiteiras, modalidades contratuais, e outras providências que, na verdade, não foram respondidas pelo Deputado que nos antecedeu da tribuna, e que, absolutamente, dependem de uma análise mais profunda, documental, nos arquivos e nos orçamentos e nos estudos, nos projetos da própria Companhia Paranaense de Energia, é óbvio que esta pretensão tem a clara evidência de trazer no seu âmago, a clareza ao contribuinte, a todos os paranaenses, a todos os brasileiros, inclusive.

E o Deputado quando faz uma indagação com tal fundamentação, por certo, tem razões profundas, e o Estado inteiro espera esclarecê-las, no momento em que a imprensa divulgou, e no momento em que um Deputado da estirpe, da qualidade, do Deputado Waldyr Pugliesi, trouxe o assunto à baila, é porque traz no seu bojo uma bagagem substancial para bem formular as indagações aqui feitas.

Por esta razão, logo após o aparte, solicitado pelo ilustre Líder da Maioria, gostaria de ler então as justificativas que,

afinal, traduzem todo o caminho que pretende seguir o Deputado Waldyr Pugliesi.

Tem o aparte o Deputado.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a Vossa Excelência, embora já tenha passado a oportunidade do aparte, entretanto, vou me ater à leitura que Vossa Excelência está fazendo de um requerimento que toda a Casa já conhece, mas nós, por um dever de consideração com Vossa Excelência, estamos ouvindo novamente o requerimento que já foi lido na apresentação, e já foi lido por ocasião da discussão da matéria, enfim, um requerimento que toda a Casa conhece e que conhece muito bem a justificativa que não casa bem com o teor do requerimento.

Na justificativa, o nobre Deputado Waldyr Pugliesi, demonstra claramente sua intenção de antagonizar uma firma empresiteira, que não é do interesse desta Casa, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, já apreciou devidamente as contas, aprovou os elementos relativos a todos os exercícios da COPEL, a seu exame. E se alguma dúvida tivesse a ser levantada, surgiria nos relatórios mensais, da 4a. Inspeção de Controle Externo, que o Tribunal de Contas mantém em funcionamento nas próprias dependências da COPEL.

Tal não ocorreu, e tão pouco o egrégio Tribunal em seu acórdão 328/80, fundamentado em parecer da Inspeção Geral de Controle, encontrou qualquer irregularidade, dando por corretas as atividades financeiras da empresa.

Essas, exclusivamente essas, as razões que levam a bancada do PDS a votar contrariamente ao requerimento. E Vossa Excelência como já anuncia que vai fazer, ler com atenção a justificativa, vai verificar que o nobre Deputado Waldyr Pugliesi investe numa condenação a priori, contra uma empresiteira, nós não temos nada, absolutamente nada, com os interesses pessoais de ninguém, nesta questão, nós apenas por um respeito ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, órgão auxiliar deste Poder, é que nós vamos rejeitar o requerimento. Mesmo porque as informações que necessita o nobre Deputado, estão contidas no processo já arquivado.

E como é um órgão auxiliar do Tribunal de Contas, esses relatórios podem ser compulsados, é esta a razão.

Em todo o caso, o objetivo do aparte naquela oportunidade, foi porque Vossa Excelência, por descuido talvez, ao errar o nome do ex-Deputado Cândido de Oliveira Neto, pediu ao seu filho que hoje o substitui com o mesmo brilhantismo nesta Casa, que dissesse o seu nome. O que acho, uma descortesia não só da parte de Vossa Excelência como de qualquer Deputado que desconhece a história parlamentar do Paraná, que não lembra o nome de um Deputado que representou por tantos e tantos anos, e de maneira elogiável, os interesses de uma vastíssima região do Estado. E que firmou uma tradição de civismo, formou uma tradição política naquela região; por isso, a liderança conquistada, o que vem proporcionando aos seus dois filhos, um ex-Deputado e o outro atual Deputado, vitórias sucessivas nos pleitos eleitorais, a que concorre naquela região.

Este é o objetivo do aparte que solicitei de Vossa Excelência naquela oportunidade. Em todo o caso, agradeço a atenção que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte, e, atendendo inclusive a ponderação da Presidência, não gostaria de voltar a este assunto e ficaria com a 1a. parte da sua participação.

É verdade ilustre Líder da Maioria, é óbvio, claro que, Waldyr Pugliesi não pretendia e não pretende a perseguição ou se colocar contra esta ou aquela empresiteira de maneira particularizada. O que nós entendemos...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência permite apenas um esclarecimento?

Não disse isto, eu disse, antagonizar. Antagonizar é uma

coisa e perseguir é outra. Vossa Excelência por favor não mude os termos.

O SR. NELTON FRIEDRICH - Mas, a posição desse requerimento, não é nem antagonizar é na verdade evitar que possa, através de uma informação clara, acabar com dúvidas que possui o Deputado contra possível favoritismo e outras questões muito bem postas nos 11 itens, que nós acabamos de nos referir.

O favoritismo, por certo, tem um significado altamente comprometedor. Além de, não interessando ser esta ou aquela construtora, tenha o nome que tiver, a constituição contratual que possuir não importa a esta Casa e principalmente a nós Deputados da Oposição, quem sejam os membros formadores ou quem esteja dirigindo a empresa de economia mista envolvida na questão, interessa sim, que bem ou mal, certo ou errado, todo o dinheiro pago à DM foi originado de arrecadações dos contribuintes paranaenses.

Portanto, é fundamental a esta Casa, sempre voltar ao assunto, sempre que dúvidas possam surgir em contribuintes, ou em deputados representando contribuinte. E por esta razão, leria as justificativas, para o que parece, evitar este tipo de interpretação dúbia.

Diz o Deputado Waldyr Pugliesi: "Queremos esclarecimento. O povo exige esclarecimento. E o Governo tem obrigação de esclarecer e dar esclarecimento de tudo. Quem não em assim procedendo, fica sob suspeição. E a pior coisa para um Governo é ficar sob suspeita. Bilhões de cruzeiros foram empregados e o povo quer saber como.

Não basta dizer-nos sofismando, que o Tribunal de Contas está aí para analisar, para julgar, TELEPAR, SANEPAR, COPEL precisam informar e esclarecer. Provar inclusive.

Ouçam "monstros e intocáveis". Quem não deve, não teme.

Numa hora histórica das mais nebulosas, em que o empobrecimento atingiu quase a todos, é mister saber-se porque alguns poucos encheram as burras. Trabalho honesto? Indaga o Deputado.

Não sabemos porque inúmeras firmas do mesmo setor são concordatárias ou faliram e outras aumentaram ao infinito seu crescimento.

Houve favoritismo?

Os homens que dirigem as empresas como a COPEL, favoreceram alguns, em detrimento de outros? Se não, tem as pistas para o povo saber. A censura à imprensa impediu que neste País houvesse fiscalização real do povo sobre os negócios públicos. O amesquinamento do Poder Legislativo, continua o Deputado Waldyr Pugliesi, e também do Poder Judiciário, sobre o guante ditatorial, levou a distorções gigantescas. A impunidade foi uma constante, durante todos esses anos. Os trombadinhas, proliferaram, mas o mal que causam é pequeno, diante do mal que é causado pelos trombadões. Estes estão sãos e salvos. Não temos certezas, diz o Deputado, temos dúvidas. E a dúvida, sobre os negócios públicos não pode existir. Há explicação convincente para quem trabalhando com o dinheiro do povo, dá o salto olímpico de vinte mil cruzeiros, no contrato social inicial, para cento e setenta milhões, em tão pouco tempo? Até repito: - Indaga o Deputado: "Há explicação convincente para quem trabalhando com o dinheiro do povo dá o salto olímpico de vinte mil cruzeiros para cento e setenta milhões, em tão pouco tempo? Se ela existe, qual é? Se uma sub-empresiteira ganhou tanto, quanto não ganhou então a empresiteira titular? Não teria havido dilapidação do dinheiro do contribuinte? As perguntas estão feitas. Será que as respostas virão? Termina o Deputado Waldyr Pugliesi."

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eis aí até um elenco de justificativas apresentadas pelos Deputado Waldyr Pugliesi, trazendo entre outras coisas, a preocupação de inúmeras dúvidas, que chegam a suspeitas, e que portanto, somente o escla-

recimento oficial, definitivo, acabaria com estas mesmas dúvidas e suspeitas.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, em primeiro lugar, gostaria de solicitar a Vossa Excelência a atenção para o que acabei de afirmar na tribuna, que responde, senão totalmente as indagações, grande parte das indagações formuladas. Como por exemplo: afirmei nesta Casa, que nós não temos, infelizmente, o poder de solicitar informações de um órgão federal. E o maior número, ou de solicitar um pedido de informações a um órgão federal. E o maior número desses quesitos que Vossa Excelência aponta, deveriam ser respondidos pela ELETROSUL e não pela COPEL. Não vamos dizer aqui que todas as colocações feitas na justificativa do requerimento do eminente Deputado Waldyr Pugliesi, também cabe a execução da obra de Guarapuava, por exemplo, que é um projeto cura, onde a empresa, segundo sei e é fato público e notório, trabalhou, executou um belo serviço, está lá, Guarapuava quase inteira, com projeto financiado pelo Governo Federal, e executado pela Prefeitura Municipal, dirigida pelo eminente Prefeito Cândido Gomes Bastos, executou uma obra e contratou como executora desta obra, para o Sr. verificar a lisura, e tenho certeza, eminente Deputado, que a Prefeitura de Guarapuava é uma prefeitura organizada, é uma prefeitura que deve ter técnicos competentes para analisar inclusive, a idoneidade moral dos técnicos que contrata. Que é um dos requisitos do Decreto Lei n.º 201. Por isto começo da seguinte forma a dizer a Vossa Excelência que o requerimento formulado pelo Deputado Waldyr Pugliesi está mal endereçado. Outros eminente Deputados no passado, como por exemplo, o eminente Deputado Ernesto Dal'Oglio, formulava melhor os seus requerimentos. E continuo a dizer, Deputado, que este assunto que está sendo trazido, é daqueles que não deveria ocupar a atenção deste Parlamento. Por que? Porque o eminente Deputado Waldyr Pugliesi reconhece que não tem certeza. Mas insinua e Vossa Excelência faz o mesmo, que há um possível favoritismo, segundo as suas palavras, para a firma DM, com relação à participação do Dr. Arturo Andreolli na presidência da COPEL. Bom, então é uma insinuação, é um possível favoritismo. Agora, trago a Vossa Excelência um comprovante que me permite ler: "Provisão de Quitação. O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, faz saber aos que esta previsão virem, que este Tribunal tendo presente o processo de prestação de contas, protocolado, sob o número 4.051/79 do Tribunal de Contas, de responsabilidade do Sr. Arturo Andreolli, Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, referente ao exercício de 1.978, e considerando que do exame procedido nas mesmas contas verificou que o referido Diretor-Presidente se acha desonerado de toda e qualquer responsabilidade para com a Fazenda do Estado, ficando, portanto, ele, seus herdeiros e sucessores, livres e desobrigados quanto ao referido período, resolveu julgá-lo quite, mandando expedir, em seu favor a presente quitação de prestação de contas que produzirá todos os efeitos legais."

Vossa Excelência conhece a legislação a respeito de fiscalização de atos públicos. Vossa Excelência é bacharel, sabe que esta lei foi elaborada, votada, neste Parlamento, exatamente com o objetivo de fazer com que houvesse uma adaptação de lei federal que determinava que os órgãos, as entidades paraestatais prestassem contas ao Tribunal de Contas da União. E a lei foi feita no Paraná para obrigar também as entidades paraestatais, de economia mista, a prestarem contas ao Tribunal de Contas.

Mas, vou mais: Vossa Excelência traz a insinuação do Deputado Waldyr Pugliesi e eu trago o documento.

Trago, por exemplo, o relatório apresentado, no Tribunal de Contas, por um dos ilustres Conselheiros que foi indicado

para o Tribunal de Contas e que contou, aqui, inclusive, com o apoio de eminentes Deputados do PMDB, na legislatura passada, o ex-Deputado Armando Queiróz. E, quando foi indicado Conselheiro do Tribunal de Contas recebeu, por parte da Assembléia, a aprovação por julgá-lo um homem capaz, por julgá-lo um homem honrado. E é ele quem diz: "Em cumprimento às determinações legais e vigentes, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL - faz presente a esta Corte de Contas, para exame e julgamento, sua Prestação de Contas, relativa ao exercício de 1.978."

Não é insinuação, é documento.

E termina — vou ler só uma parte para não tomar mais o tempo dos ilustres Deputados — "Os valores finais consignados nos balanços examinados e as demonstrações dos resultados alcançados traduzem a lisura e a habilidade profissional dos responsáveis pela condução das operações comerciais da Empresa."

"Finalmente, temos o Parecer da Procuradoria para que as contas apresentadas devam receber a acolhida e aprovação deste Tribunal de Contas."

Portanto, entre ficar com o ouvir dizer, com o possível favoritismo, e com a prova de que um órgão público — como o Tribunal de Contas — aprovou as contas, ficamos, conscientemente, ao lado dos documentos e da verdade.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço seu aparte. Apenas diria que há um engano parece-me, de interpretação. Porque, dos 11 itens, 6 somente poderão ser respondidos pela COPEL por ninguém mais. Inclusive, só o primeiro é demais claro: "Que se informe os valores dos pagamentos efetuados pela COPEL à AMD, Construtora de Obras da Usina de Salto Osório e quais os serviços prestados por ela."

É claro, é lógico, é óbvio, que não podemos ir para a SUDESUL, para a ELETROBRÁS, precisamos ir a quem efetivou o contrato, a quem fez os pagamentos, quem fiscalizou a obra, quem deu o último parecer com referência à responsabilidade civil da mesma. Conseqüentemente é a COPEL instrumento adequado, perfeitamente adequado para esse tipo de resposta.

Por outro lado, Vossa Excelência tem os documentos. Mas, a Oposição não os possui.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Eu os consegui no Tribunal de Contas.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Vossa Excelência tem os documentos, documentos secretos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lembra ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que tem um minuto para concluir seu pronunciamento.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Nelson Friedrich, estou intervindo no aparte, pedindo aparte a Vossa Excelência, apenas para fazer também alguns reparos. Vossa Excelência foi censurado pelo Líder da Maioria, ilustre Deputado Erondy Silvério. Vossa Excelência foi chamado a atenção pelo Deputado Erondy, por não saber o nome do Deputado pai do ilustre Parlamentar Luiz Alberto Oliveira.

O Deputado Luiz Alberto também se exasperou com Vossa Excelência e na verdade, nós queríamos dizer agora que, homem público da atualidade, não teve o seu nome corretamente pronunciado pelo Deputado Luiz Alberto Oliveira, que é o Prefeito de Guarapuava, Cândido Pacheco Bastos.

De formas que fica devolvida ao Deputado Luiz Alberto.

Queria acrescentar a Vossa Excelência, Deputado, é que o Deputado Luiz Alberto, está se louvando na aprovação do Tribunal de Contas, as contas apresentadas pelo Presidente Arturo Andreolli. Nós queríamos dizer a Vossa Excelência, que isso não exonera a companhia da obrigação de prestar contas até na Justiça, porque é um ato administrativo que não transita

em julgado juridicamente.

Portanto, ele está desconhecendo o que tem decidido os tribunais sobre a matéria. Não está excluída a responsabilidade da COPEL, e de qualquer empresa estatal, pública, de prestar contas e até de serem responsabilizados posteriormente os seus diretores, por desvios ou qualquer ato irregular praticado na administração da empresa.

Era esse o aparte.

Muito obrigado.

O Sr. José Tavares — Sr. Presidente, por uma questão de ordem.

Consultaria Vossa Excelência se o Regimento, perdoo-me a ignorância, permite que o Deputado que se encontra na tribuna, tenha uma prorrogação de tempo por mais trinta minutos, para concluir o seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrado.

Não há prorrogação, Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço os apartes e bastaria só dizer, em reforço ao que colocara o Deputado Lineu Turra, que o ex-Prefeito de São Paulo, Paulo Maluff, foi obrigado, numa ação popular, depois de passar pelo Tribunal de Contas do Estado, a ter que fazer a devolução de todos os veículos que doara aos campeões do Mundo de 1.970, no México.

Mas, Sr. Presidente, concluo dizendo que, portanto, restam outros caminhos, também: o caminho da ação popular, o caminho da fiscalização e exibição de documentos via judicial, principalmente a este Parlamento que, acima de tudo, tem essa obrigação de fiscalizar como também de legislar e representar o povo. Os três grandes princípios que sustentam o edifício do Poder Legislativo e se essas três grandes colunas impedem, através da maioria hoje, o que dizer amanhã ou depois, Sr. Presidente, quando nós temos que colocar em dúvida outras coisas, como hoje o Brasil coloca em dúvida as operações Athala, Lufthalla, Abdala e outros "dallas" e principalmente as operações da Light, feitas no escuro de um fim de ano, e a Vale do Rio Doce que está aí extremamente comprometedor, azedando a consciência nacional?

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esperemos que esta Casa coerente com o que nós ouvimos na semana passada, aprove este requerimento, e nos dê as informações solicitadas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em discussão o requerimento.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Lastimavelmente e aparentemente esta é uma discussão estéril e eu não interpreto assim, pois o nobre Deputado Luiz Alberto e eu não interpreto assim.

O que se travou hoje aqui, e quero parabenizar o Deputado Luiz Alberto e o Deputado Nelson Friedrich, foi realmente o que nós deveríamos ter travado durante tanto tempo, durante todo o tempo que nós somos Deputados. E o gosto amargo fica por conta de sairmos daqui de fato, com a demonstração de impotência do Poder. Não pela ausência da maioria dos Srs. Deputados, mas, pela confissão tácita de todos nós de que esse Poder não é um Poder.

Vejamos bem, que no Brasil não existe Executivo forte, não existe Legislativo forte nem Judiciário, existe um sistema forte.

Porque o próprio Executivo é impotente nesse País. Se nós analisarmos as contradições do Executivo Federal, as determinações do Presidente contraditórias com a do seu Ministério, veremos que nem o próprio Executivo é forte.

Existe é um sistema forte. O próprio Deputado Luiz Alberto é testemunha. Lembro que o Deputado quando se abriram as urnas das últimas eleições ainda lá no Tarumã, ouvi

o Deputado Luiz Alberto exclamar e gritar e depois aqui na tribuna desta Casa dizer que havia corrupção eleitoral no Município de Salto do Lontra. Inclusive conversamos, e até ficamos de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisarmos a corrupção eleitoral. E a corrupção partia, no caso da onde, de uma firma empreiteira que havia usado o seu Poder em benefício de um outro candidato.

Como também, em outros lugares da nossa região, outras firmas empreiteiras usaram do seu poder econômico para inclusive, irem contra o Deputado Luiz Alberto, testemunho também que a DM não fez campanha para o Deputado Luiz Alberto.

Mas, o importante, é que depois nós concluímos que seria infrutífero, porque não temos poder. A quem cabe fiscalizar os gastos públicos?

Francamente Srs. Deputados, nós já abrimos mão demais. Nós abrimos mão para o Tribunal de Contas. Nós estamos numa discussão há muito tempo se o Tribunal de Contas é nosso Órgão auxiliar ou se nós e que somos Órgão auxiliar do Tribunal de Contas. O nobre Deputado Líder do Governo ainda há poucos dias da tribuna dizia o seguinte: Que o Governador Ney Braga em 61 assumiu o Governo tendo no Tribunal de Contas a maioria de conselheiros então, chamados adversários seus. Que Tribunal é este em que seus membros podem ser classificados como adversários."

É por isso ilustre Deputado que hoje, me desculpem mas achei, tremendamente honesta essa discussão. Mas saio e acredito que os Srs. também, com essa sensação de derrota.

O Sr. Jurandir Messias — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Concedo o aparte pela ordem, ao Deputado Jurandir Messias.

O Sr. Jurandir Messias — Deputado Deni. Eu, primeiro quero fazer algumas considerações sobre o encaminhamento da matéria por parte do Deputado Luiz Alberto e do Deputado Nelson Friedrich.

Quero dizer que o Deputado Nelson Friedrich sempre quando usa da tribuna, quando discute matéria nesta Casa, tem encontrado, por parte deste modesto Deputado, uma atenção muito grande.

Vossa Excelência, um parlamentar com grande facilidade da palavra, com grandes conhecimentos dos problemas do Brasil, do Paraná, dos municípios principalmente daqueles que ele representa na Assembléia.

Realmente, fico muito satisfeito quando vejo o Deputado Nelson Friedrich, defendendo causas do interesse do povo. Também Vossa Excelência, há poucos dias, quis dizer que este Parlamento não é um Poder, quero dizer que ele é, porque Vossa Excelência agora há poucos dias atrás, com bastante veemência, Deputado Deni Schwartz, ocupou por mais de uma vez a tribuna, em defesa dos produtores da soja do Estado do Paraná.

Vossa Excelência defendeu com brilhantismo, com ardor, com amor, a causa do confisco da soja. Vossa Excelência não pode ignorar que essas suas palavras tiveram repercussão junto aos órgãos competentes, junto ao Ministério da Agri-

cultura, junto ao Ministério do Planejamento em Brasília.

Assim como Vossa Excelência tantos outros Deputados, de outras Assembléias e como desta também defenderam esta tese, e isso graças agora, à abertura, porque os Deputados podem falar, podem pedir, sem comprometimento das suas palavras porque sempre ela é do interesse da comunidade, do seu povo, principalmente, dos agricultores do nosso Estado que Vossa Excelência tão bem defende. O Deputado Luiz Alberto também não é nada menos brilhante, tem trazido também verdadeiras aulas quando das suas passagens pela tribuna desta Assembléia, mas, Deputado, quando vejo um Deputado no aparte dizer que está satisfeito, que se admira até porque este Deputado Jurandir, num aparte falou no mísero assalariado, sobre o pequeno salário que é pago ao assalariado, criticou até com bastante sadismo as minhas palavras. Quero dizer Deputado, que realmente quando o Deputado Nelson Friedrich leu o teor do requerimento, ele até convenceu este Deputado. Agora, quando da justificativa, aí então não vejo o porque de aprová-la. Porque ficou caracterizada a intenção do Deputado Pugliesi de já envolver os órgãos do Estado, o Governo do Estado, como corruptos, como participantes diretos daquela empreiteira ou daquelas transações COPEL e DM, não vi o porquê que o Deputado Nelson leu a justificativa do requerimento, que em si até tem justificativa, tem o porquê de ser apresentado e pedir o seu apoio nesta Assembléia, mas, concluindo Deputado, me parablenizo com Vossa Excelência publicamente, por aquela sua defesa ao produtor da soja. Parablenizo-me com o Deputado Nelson Friedrich, e com o Deputado Luiz Alberto, mas quero deixar bem claro, que represento no município na micro-região de Campo Mourão, três municípios do qual o Deputado Darcy Deitos é o maior representante. E lanço um repto aqui ao Deputado Darcy Deitos, trazer o que ele conseguiu, o que carrou de benefícios para algum município daquela região. Se o Deputado levou alguma obra, alguma coisa de palpável, prefiro renunciar o meu mandato, Deputado.

Agora o dia em que ele vier à tribuna como Vossa Excelência e como tantos Deputados, provar e dizer e conseguir algo de positivo, à sua gente, aí então eu...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lamenta, mas informa aos nobres Deputados, que de acordo com o Artigo 73 do Regimento Interno, as sessões ordinárias terão início às 14,30 horas e durarão no máximo quatro horas. Nessas condições, está encerrada a presente sessão, garantindo a palavra ao nobre Deputado Deni Schwartz que está na tribuna, que falou 12 minutos e que 18 minutos lhe restarão para a sessão de amanhã.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 171/78, 17 e 193/79.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 1/80.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 207/79.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ TAVARES, EM SESSÃO DO DIA 14/04/80.

CARTAS

Sr. Diretor.

Sou funcionário público estadual, e por motivos óbvios solicito a Vossa Excelência que omita meu nome, embora isto não represente o meu desejo.

É o seguinte: sou um dos 250 conferentes (fiscais de ICM) que trabalham nas fronteiras de Estados, e tomei a iniciativa de levar a público a situação deprimente, caótica, ou sei lá mais do que adjetivar, que se encontra a nossa classe. Situação que, com certeza outros companheiros já tiveram vontade de mostrar e que talvez por vergonha não o fizeram.

Senão vejamos: o meu ordenado no Estado, descontados os encargos sociais, é de Cr\$ 5.935 (quem ganha mais recebe em torno de Cr\$ 7.155). Eu moro a 18 quilômetros do local de trabalho, mas há quem reside a 190 quilômetros.

Considerando que paga Cr\$ 1.500 de aluguel (mais barato só em barraco de favela); Cr\$ 480 de transporte (no meu caso que moro perto); Cr\$ 556 de energia elétrica (um absurdo que só a COPEL pode explicar); Cr\$ 800 de refeição nos dias de escala de serviço (não é caro eu reconheço, mas pesa na balança no fim do mês); Cr\$ 140 de gás (aqui também ligeiramente roubado, já que o preço nacional é tabelado em Cr\$ 115,20). Total Cr\$ 3.474.

No mês de fevereiro (tomado como base para os cálculos), minha despesa no supermercado, incluindo raríssimos quilos de carne de segunda, foi Cr\$... 3.699,98, que somados dão Cr\$ 7.175,98. Daí eu pergunto: funcionário público não veste, não calça, não tem direito a estudar os filhos? Conferente do Estado e sua família não ficam doentes? Tem que saber fazer milagre? Ou as nossas autoridades querem levar-nos ao desespero?

Recentemente foi aprovada uma lei modificando a política salarial do governo. Os funcionários públicos foram presenteados com uma cruel discriminação, ou seja, foram excluídos das vantagens dessa lei. No mês de janeiro algumas classes de servidores públicos do Estado foram "enganados" com uns mingua-dos por centos, e nós, conferentes fomos simplesmente deixados de lado, como se fôssemos uns inúteis, um bando de marginais. Aí eu pergunto mais uma vez: cabe à justiça social contada em prosa e verso pelos nossos governantes?

Há nos meios governamentais uma movimentação muito grande no sentido de aumentar a arrecadação de ICM este ano. "Bem remunerados" desse jeito, será que os conferentes do Estado se sentirão incentivados a participar ativamente desse movimento?

Neste final de semana será realizado o concurso para agente fiscal I e II. Nele os conferentes foram tratados como todos os outros candidatos, não se levando em conta os mais de 3 anos de prática à custa de muito sacrifício, e porque não dizer, à custa de muito sangue dado a pernilongos nessas barrancas de rios.

A propósito, o desconforto oferecido pelo nosso Estado é tão grande que eu aproveito para citar, entre outras, as instalações do Porto Pontal do Tigre, um dos mais movimentados do Paraná.

Li hoje nesse jornal que será assinado pelo Pre-

sidente da República um outro decreto, modificando novamente a política salarial. Que Deus ilumine a mente do JBF, para que desta vez ele se lembre de uma classe aqui do Paraná, que por pouco ainda não começou aquela famosa contagem regressiva: hoje falta tantos dias para a gente morrer de fome, amanhã...

Quero aproveitar também esta oportunidade para sugerir aos meus companheiros de trabalho que se movimentem no sentido de criarmos uma associação, para, quem sabe no futuro, termos o direito de ver e criar nossas famílias como gente.

C.S.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOSÉ TAVARES, EM SESSÃO DO DIA 14/04/80.

MINHAS SENHORES e MEUS SENHORES

A instalação deste consulado nos traz grande satisfação, a todos nós, árabes e seus descendentes, e, assim, queremos externar o contentamento da família árabe do Paraná e Santa Catarina, por este ato de tamanha significação e importância.

Queremos ressaltar a honra que nos proporcionam, com suas presenças, o ilustre e digno Embaixador da República Árabe Síria, ZUHOIR MURABET e sua excelentíssima senhora. As suas presenças, além de abrilhantar, tornam ainda maior o significado deste acontecimento e constituem-se em motivo de justificado orgulho.

Temos certeza que este consulado há de ser um elo a mais no esforço de consolidação e ampliação das relações comerciais e de amizade entre o povo sírio e a comunidade paranaense e brasileira, objetivo a que nos propomos alcançar, com todo o empenho.

Queremos, também, na pessoa ilustre do Embaixador ZUHAIR MURABET, fazer, de público, um agradecimento muito especial a sua excelência o Senhor Presidente da República Árabe Síria, HAFEZ HASSAD, que, atendendo solicitação da comunidade árabe paranaense, nos concedeu o título de Consul Honorário. A ele, a nossa gratidão e a certeza de que procuraremos ser dignos de tão grande distinção.

A Síria, País situado no Oriente Médio, no extremo Leste do Mediterrâneo, possuindo uma população de nove milhões de habitantes e cento e oitenta e cinco mil quilômetros quadrados de território, tem na sua agricultura outro extraordinário ponto de semelhança e aproximação com o Estado do Paraná, que escolhemos para morar e criar nossos filhos.

Lá, como aqui, a agricultura tem se destacado como fator primordial da economia, gerando recursos para o desenvolvimento social.

Nas zonas menos férteis, a pecuária é a principal atividade.

O clima é ameno, com temperatura média anual de 20 graus.

A indústria e o petróleo têm lugar importante no desenvolvimento do País.

As suas principais cidades, como Damasco, a Capital, Alepo, Homs, Hama, Latáquia e Tartus, e ainda cidades antigas e históricas, como Palmira e Apamea, atraem milhares de turistas.

Meus senhores, antes de encerrar, não poderíamos deixar de fazer um registro. E o fazemos como dever de justiça, destacando a figura daquele que

nos antecedeu como Consul Honorário da República Árabe Síria, o saudoso e sempre lembrado ELIAS ABDO BITTAR. Ele muito fez e muito se dedicou em prol da comunidade árabe no Paraná, assim como em benefício de toda a coletividade. Procuraremos nos espelhar em suas realizações, dando continuidade ao seu trabalho.

Finalizando, mais uma vez nosso agradecimento ao Senhor Embaixador ZUHAIR MURABET e sua digníssima esposa.

Nosso agradecimento especial também aos representantes do Corpo Consular, aqui presentes, que vieram prestigiar esta solenidade.

Nosso agradecimento às autoridades e aos distintos convidados que muito nos honram comparecendo a este ato.

A todos, o mais profundo e sincero muito obrigado.

Nassib Abdo Abage

para o Tribunal de Contas e que contou, aqui, inclusive, com o apoio de eminentes Deputados do PMDB, na legislatura passada, o ex-Deputado Armando Queiróz. E, quando foi indicado Conselheiro do Tribunal de Contas recebeu, por parte da Assembléia, a aprovação por julgá-lo um homem capaz, por julgá-lo um homem honrado. E é ele quem diz: "Em cumprimento às determinações legais e vigentes, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL - faz presente a esta Corte de Contas, para exame e julgamento, sua Prestação de Contas, relativa ao exercício de 1.978."

Não é insinuação, é documento.

E termina — vou ler só uma parte para não tomar mais o tempo dos ilustres Deputados — "Os valores finais consignados nos balanços examinados e as demonstrações dos resultados alcançados traduzem a lisura e a habilidade profissional dos responsáveis pela condução das operações comerciais da Empresa."

"Finalmente, temos o Parecer da Procuradoria para que as contas apresentadas devam receber a acolhida e aprovação deste Tribunal de Contas."

Portanto, entre ficar com o ouvir dizer, com o possível favoritismo, e com a prova de que um órgão público — como o Tribunal de Contas — aprovou as contas, ficamos, conscientemente, ao lado dos documentos e da verdade.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço seu aparte. Apenas diria que há um engano parece-me, de interpretação. Porque, dos 11 itens, 6 somente poderão ser respondidos pela COPEL por ninguém mais. Inclusive, só o primeiro é demais claro: "Que se informe os valores dos pagamentos efetuados pela COPEL à AMD, Construtora de Obras da Usina de Salto Osório e quais os serviços prestados por ela."

É claro, é lógico, é óbvio, que não podemos ir para a SUDESUL, para a ELETROBRÁS, precisamos ir a quem efetivou o contrato, a quem fez os pagamentos, quem fiscalizou a obra, quem deu o último parecer com referência à responsabilidade civil da mesma. Consequentemente é a COPEL instrumento adequado, perfeitamente adequado para esse tipo de resposta.

Por outro lado, Vossa Excelência tem os documentos. Mas, a Oposição não os possui.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Eu os consegui no Tribunal de Contas.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Vossa Excelência tem os documentos, documentos secretos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lembra ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que tem um minuto para concluir seu pronunciamento.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Nilton Friedrich, estou intervindo no aparte, pedindo aparte a Vossa Excelência, apenas para fazer também alguns reparos. Vossa Excelência foi censurado pelo Líder da Maioria, ilustre Deputado Erondy Silvério. Vossa Excelência foi chamado a atenção pelo Deputado Erondy, por não saber o nome do Deputado pai do ilustre Parlamentar Luiz Alberto Oliveira.

O Deputado Luiz Alberto também se exasperou com Vossa Excelência e na verdade, nós queríamos dizer agora que, homem público da atualidade, não teve o seu nome corretamente pronunciado pelo Deputado Luiz Alberto Oliveira, que é o Prefeito de Guarapuava, Cândido Pacheco Bastos.

De formas que fica devolvida ao Deputado Luiz Alberto.

Queria acrescentar a Vossa Excelência, Deputado, é que o Deputado Luiz Alberto, está se louvando na aprovação do Tribunal de Contas, as contas apresentadas pelo Presidente Arturo Andreolli. Nós queríamos dizer a Vossa Excelência, que isso não exonera a companhia da obrigação de prestar contas até na Justiça, porque é um ato administrativo que não transita

em julgado juridicamente.

Portanto, ele está desconhecendo o que tem decidido os tribunais sobre a matéria. Não está excluída a responsabilidade da COPEL, e de qualquer empresa estatal, pública, de prestar contas e até de serem responsabilizados posteriormente os seus diretores, por desvios ou qualquer ato irregular praticado na administração da empresa.

Era esse o aparte.

Muito obrigado.

O Sr. José Tavares — Sr. Presidente, por uma questão de ordem.

Consultaria Vossa Excelência se o Regimento, perdoo-me a ignorância, permite que o Deputado que se encontra na tribuna, tenha uma prorrogação de tempo por mais trinta minutos, para concluir o seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrado.

Não há prorrogação, Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço os apartes e bastaria só dizer, em reforço ao que colocara o Deputado Lineu Turra, que o ex-Prefeito de São Paulo, Paulo Maluff, foi obrigado, numa ação popular, depois de passar pelo Tribunal de Contas do Estado, a ter que fazer a devolução de todos os veículos que doara aos campeões do Mundo de 1.970, no México.

Mas, Sr. Presidente, concluo dizendo que, portanto, restam outros caminhos, também: o caminho da ação popular, o caminho da fiscalização e exibição de documentos via judicial, principalmente a este Parlamento que, acima de tudo, tem essa obrigação de fiscalizar como também de legislar e representar o povo. Os três grandes princípios que sustentam o edifício do Poder Legislativo e se essas três grandes colunas impedem, através da maioria hoje, o que dizer amanhã ou depois, Sr. Presidente, quando nós temos que colocar em dúvida outras coisas, como hoje o Brasil coloca em dúvida as operações Athala, Lufthalla, Abdala e outros "dallas" e principalmente as operações da Light, feitas no escuro de um fim de ano, e a Vale do Rio Doce que está aí extremamente comprometida, azedando a consciência nacional?

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esperemos que esta Casa coerente com o que nós ouvimos na semana passada, aprove este requerimento, e nos dê as informações solicitadas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em discussão o requerimento.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Lastimavelmente e aparentemente esta é uma discussão estéril e eu não interpreto assim, pois o nobre Deputado Luiz Alberto e eu não interpreto assim.

O que se travou hoje aqui, e quero parabenizar o Deputado Luiz Alberto e o Deputado Nilton Friedrich, foi realmente o que nós deveríamos ter travado durante tanto tempo, durante todo o tempo que nós somos Deputados. E o gosto amargo fica por conta de sairmos daqui de fato, com a demonstração de impotência do Poder. Não pela ausência da maioria dos Srs. Deputados, mas, pela confissão tácita de todos nós de que esse Poder não é um Poder.

Vejamos bem, que no Brasil não existe Executivo forte, não existe Legislativo forte nem Judiciário, existe um sistema forte.

Porque o próprio Executivo é impotente nesse País. Se nós analisarmos as contradições do Executivo Federal, as determinações do Presidente contraditórias com a do seu Ministério, veremos que nem o próprio Executivo é forte.

Existe é um sistema forte. O próprio Deputado Luiz Alberto é testemunha. Lembro que o Deputado quando se abriram as urnas das últimas eleições ainda lá no Tarumã, ouvi